

OSMAR FRANCISCO MONDLANE MENDES SOARES



Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos

Instituto Superior de Educação – ISE

Praia, Dezembro de 2005

Índice geral

Capítulo	Página
Introdução	7
Objectivos do trabalho	8
Justificação da importância do tema	8
Fundamentação teórica	9
Pergunta de partida	14
Metodologia.....	14
Principais conceitos geográficos utilizados.....	15
Capítulo I. Contexto físico	18
1.1. Origem e localização.....	19
1.2. Relevo e clima.....	21
Capítulo II. Contexto Socioeconómico	22
2.1. População.....	23
2.2. Habitação.....	25
2.3. Abastecimento de água.....	33
2.4. Saúde	32
2.4.1. Evolução da rede física e do pessoal docente	32
2.4.2. Evolução de alguns indicadores de saúde	34
2.5. Educação-Evolução da rede física e do pessoal docente	37
2.6. Cultura e Desporto.....	43
2.6.1. Actividades Culturais e Recreativas.....	43
2.6.2. Actividades Desportivas.....	46
2.7. Emprego – Desemprego.....	47
2.8. Actividades económicas.....	51

2.8.1. Agricultura, pecuária e pesca.....	51
2.8.2.Comércio e serviços.....	53
2.8.3.Construção civil e obras públicas.....	54
2.8.4.Turismo.....	55
Capítulo III. Perspectiva de Desenvolvimento.....	57
3.1.Desenvolvimento social.....	59
3.1.1. Educação	60
3.1.2. Formação Profissional.....	62
3.1.3. Saúde.....	63
3.2. Desenvolvimento Económico.....	64
3.2.1. Agro-pecuária	64
3.2.2 Pesca	66
3.2.3.Turismo.....	67
3.2.4.Transportes.....	68
Conclusões	70
Recomendações.....	73
Bibliografia.....	72
Anexos	

Índice de quadros

Quadro	Página
Quadro 1. População residente por tipo de habitação	26
Quadro 2. População residente por número de divisões na habitação.....	27
Quadro 3. População residente por fonte de energia utilizada para a preparação de alimentos.....	27
Quadro 4. População residente por existência de casa de banho.....	29
Quadro 5. População por modo de evacuação das águas residuais.....	30
Quadro 6. Os principais pontos de água existente no concelho.....	32
Quadro 7. Evolução de alguns indicadores.....	35
Quadro 8. Evolução da Taxa de Mortalidade (1998- 2002).....	36
Quadro 9. Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (1996 – 2000)	37
Quadro 10. Evolução dos efectivos no Ensino Pré – Escolar de 2000/01 a 2003/ 04...	39
Quadro 11. Evolução dos efectivos no Ensino Básico Integrado de 2000/01 a 2003/04.....	40
Quadro 12. Alunos e professores do Ensino Básico Integrado EBI (2004/05)	41
Quadro 13. Evolução de efectivos no Ensino Secundário de 2000/01a 2003/04.....	42
Quadro 14. Evolução dos efectivos no Ensino Extra – Escolar do ano lectivo 2000/01 a 2003/04.....	43
Quadro 15. Alunos e animadores do Ensino Extra-escolar (2004/05)	44

Quadro 16. Grupos desportivos, culturais e associações.....	47
Quadro 17. População segundo sexo e sectores de actividade no concelho de Tarrafal.....	48
Quando 18. Alguns indicadores da inactividade do concelho de Tarrafal.....	51
Quadro 19. Efectivo de botes e pescadores.....	54
Quadro 20. Evolução de estabelecimentos comerciais (2000-2004)	55
Quadro 21. Empreendimentos turísticos no concelho do Tarrafal.....	57

Índice de figuras

Figura	Pagina
Figura 1. Localização do concelho do Tarrafal.....	20
Figura 2. As zonas do concelho do Tarrafal.....	24
Figura 3. Evolução da Taxa de Mortalidade no concelho (1998 – 2002).....	36
Figura 4. Evolução dos efectivos no Ensino Pré – Escolar Ano lectivo (2000/01 a 2003/04)	39
Figura 5. Distribuição da população activa por sectores de actividade.....	49
Figura 6. Sectores de serviços.....	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho enquadra-se no âmbito do curso de licenciatura, ministrado pelo Instituto Superior de Educação - ISE, como um dos requisitos parciais à obtenção do grau de licenciatura em Geografia. Tem como título “Desenvolvimento Socioeconómico do Tarrafal: Avanços e perspectivas a partir de 1995”.

Não se pretende fazer um estudo exaustivo sobre o Desenvolvimento Socioeconómico do Tarrafal, uma vez que se considera o tema vasto, e tratando de aspectos que envolvem a componente humana que é difícil de ser mensurada.

Quanto à estrutura, o presente trabalho é constituído por 3 (três) capítulos. No primeiro capítulo procuramos fazer o enquadramento do concelho na ilha, e abordar aspectos relacionados com a origem e localização geográfica do concelho;

No segundo capítulo, fizemos a análise da situação socioeconómica do concelho, descrevendo as condições habitacionais, que engloba o acesso a água potável, a energia, tipo de habitação, a educação, cultura, desporto, o emprego, as principais actividades económicas.

O último capítulo refere às perspectivas de Desenvolvimento Socioeconómico do concelho.

Objectivos do trabalho

O trabalho tem por **objectivo geral** contribuir para o melhor conhecimento da situação socioeconómica do concelho.

O trabalho tem por **objectivo específico**:

- fazer uma abordagem crítica do processo de Desenvolvimento do concelho;
- dar um subsídio aos principais actores do Desenvolvimento do concelho;
- identificar problemas que dificultam o Desenvolvimento do concelho, e apresentar pistas para o seu equacionamento.

Justificação da importância do tema

O estudo do Desenvolvimento socioeconómico constitui uma questão pertinente na actualidade. Tem sido alvo de grandes encontros a nível mundial, e em Cabo-Verde e nos municípios em particular.

Cabo-Verde sendo um país arquipelágico¹, as políticas de desenvolvimento terão de ir ao encontro das realidades, conforme forem as potencialidades de cada ilha ou concelho.

¹ do arquipélago, conjunto de ilhas

O desenvolvimento socioeconómico do país reflecte em parte pela mudança social planeada com a população, sustentada na exploração das potencialidades, à base do trabalho e na justiça social.

Tarrafal, sendo um concelho em que a maioria da população é jovem, constituindo um importante potencial em termos de recursos humanos, mesmo assim o concelho foi considerado como um dos mais pobres em 2000. É neste âmbito que consideramos a pesquisa importante, porque até o momento presente não existe nenhum trabalho do tipo no concelho, perspectivando a melhoria das condições de vida das populações, assentes na exploração das suas potencialidades, ausência essa que ao mesmo tempo impede grandes investimentos por parte dos estrangeiros e nacionais.

Certamente que da informação aqui apresentada constituirá algum material e servirá de ponto de partida para a delimitação do tema a aprofundar.

Fundamentação teórica do trabalho²

“O interesse pelo conceito de Desenvolvimento não é novo ...”

As raízes do conceito de Desenvolvimento humano estão muitas vezes, traçadas nos primórdios da história da humanidade. Aristóteles escreveu que “a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos é apenas um meio para alcançar qualquer coisa”. Preocupação idêntica reflectia os escritos dos fundadores da primitiva economia quantitativa e os trabalhos dos pioneiros da economia política (Adam Smith, Robert Mathus, Karls Marx e John Stuart Mill).

Vejamos em seguida, a sucessão histórica de algumas teorias de Desenvolvimento, e como foram evoluindo os conceitos até os nossos dias.

² Manuel Machado Cruz, Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social – 12º Ano, Porto Editora, 2002

Teoria Optimista de Adam Smith (século XVIII)

Defensor do liberalismo económico, Adam Smith, defendeu que a concorrência era o princípio básico para o crescimento económico. Preconizava a progressiva divisão do trabalho com vista a uma maior produtividade, tendo por base a indiscutível capacidade criadora do homem.

Este optimismo do crescimento sem limites de Smith assentava em três pressupostos que caracterizam a sua época:

- a população era escassa;
- havia terras virgens, por desbravar, em abundância;
- os recursos eram tidos como inesgotáveis.

Estes fundamentos viriam, no entanto, a ser contestadas nos finais do século, dando origem às teorias pessimistas.

Teorias pessimistas

a) Malthusianismo (de Malthus – século XIX)

A época em que viveu Malthus caracteriza-se por um crescimento económico e também por um crescimento demográfico. Segundo a visão Maltusiana o ritmo de crescimento económico não tem acompanhado o ritmo de crescimento demográfico, pelo que não podia deixar de acontecer, que num dado momento, os recursos alimentares se tornassem insuficientes e os salários descessem abaixo do nível de subsistência.

A única forma de evitar essa situação seria o controlo da expansão demográfica pela redução da natalidade, casamento tardio, abstinência no casamento.

Malthus não conseguiu prever a evolução da tecnologia e da ciência, que nos dois séculos posteriores à sua morte, revolucionaram toda a produção.

Mesmo os seguidores de Malthus têm ignorado a influência do progresso da tecnologia na evolução da produção, sendo por isso criticados.

b) J.Stuart Mill (século XIX)

Para ele, o crescimento da riqueza não pode deixar de ter limites. Era completamente seguro que no final do estado estacionário³, em que a condição dos mais pobres desceria ao ponto mais baixo ...

Tornava-se, pois, na sua opinião, indispensável o controlo apertado da população.

Teoria Marxista (Karl Marx 1818-1883)

O autor de *O capital*, Marx, nega radicalmente os fundamentos dos teóricos pessimistas, principalmente de Malthus, acusando-o de desculpar os proprietários e de os considerar serem os “prolíferos operários” vítimas da produção capitalista e do regime da propriedade privada, os únicos responsáveis pela miséria em que viviam ...

Teoria Keynesiana (Keynes – 1883-1946)

A sua principal preocupação era combater o desemprego e promover uma redistribuição dos lucros, pois assim o consumo poderia crescer proporcionalmente à produção. Keynes também defendia que, para alcançar a bem-aventurança económica, são determinantes quatro elementos:

- capacidade para o controlo da população;
- evitar guerras;
- confiar à ciência o que está a ela cometido;
- fixar ou limitar a riqueza e a acumulação (poupanças), respectivamente na produção/investimento e consumo.

Teoria de Rastow ou “ Do capitalismo Expressivo “ ou Desenvolvimentalista (1952)

Para ele a noção de Desenvolvimento económico, supõe investimentos de capitais, realização de sistemas bancários, criação de meios de transportes ...

Segundo Rastow as sociedades se desenvolvem segundo o seu grau de industrialização.

³ um estado em que a massa de capital deixará de aumentar

Perante o fracasso das teorias do Crescimento/Desenvolvimento assentes na industrialização, algumas organizações internacionais preconizam estratégias centradas na ideia de crescimento em articulação com social, com vista à satisfação das necessidades básicas da população e fundamentalmente viradas para uma política interna de Desenvolvimento integrado.

Surgem diversas correntes alternativas ou novas teorias de Desenvolvimento. Embora com diversas designações, estas novas concepções de Desenvolvimento apresentam características comuns, destacando a interdependência da dimensão económica face a outras dimensões: culturais, sociais, e políticas.

Das políticas alternativas do Desenvolvimento destacam-se o Desenvolvimento autónomo ou auto concentrado, o Desenvolvimento humano e o Desenvolvimento sustentável.⁴

O Desenvolvimento humano pretende o alargamento do leque das escolhas que são oferecidas ao indivíduo: saúde, educação, emprego, condições de vida e gozo das liberdades económicas e políticas.

O Desenvolvimento sustentável pretende o Desenvolvimento presente sem que ponha em causa o Desenvolvimento das gerações futuras; tem em atenção os limites da natureza e exige uma orientação dos esforços tecnológicos, de forma a que não se atinjam esses limites.

Interessa-nos estudar o Desenvolvimento Socioeconómico como um processo de carácter essencialmente humano, baseando em todas suas dimensões, designadamente na mais fundamental: a saúde, a educação, desporto, o emprego, o acesso a água potável.

Como é do nosso conhecimento, o Desenvolvimento Socioeconómico é um conceito complexo. A sua complexidade resulta da ideia que se tem de Desenvolvimento, ideia essa que é formulada em função de diversos parâmetros, tais como: recursos do país, o modo de vida da população expresso através dos indicadores de saúde e da educação, a situação sanitária, a situação da população activa face ao emprego e desemprego, a capacidade da população em explorar as potencialidades.

Conforme tínhamos visto anteriormente, Segundo a visão Malthusiana, o ritmo do crescimento económico não tem acompanhado o crescimento demográfico; por isso há que

⁴ Luciana Henriques, Manuela Leandro, Introdução à economia, Porto editora, 1998

apostar no controlo do aumento populacional, melhor distribuição dos recursos, uma vez que este poderá trazer consequências nefastas a médio e longo prazo.

Em Cabo Verde o ritmo de crescimento populacional de 1990 a 2000 foi à volta dos 2.4%, enquanto que o crescimento económico atingiu os 5% no mesmo período.

Apesar desse nível de crescimento económico, os dados indiciam que Tarrafal não teve o mesmo ritmo de crescimento, tendo em conta o nível da pobreza, o nível do desemprego, as dificuldades de acesso à saúde, à educação, consoante dados recolhidos no inquérito de 1998 e no Censo de 2000.

Se em Cabo Verde cerca de 36.7% da população é considerada como pobre, e 19.7% muito pobre, a situação é ainda mais preocupante para o concelho de Tarrafal onde a população que vive abaixo do limiar da pobreza represente 44.2% e a muito pobre 25.2%, fazendo com que o concelho seja considerado um dos mais pobres de Cabo Verde⁵.

O Desenvolvimento Socioeconómico de qualquer país, ilha, concelho, é o resultado de conjunto de acções levadas a cabo pela população, baseado na capacidade de exploração das suas potencialidades. A exploração, distribuição e utilização dos recursos espelham o seu Desenvolvimento, tanto no domínio social como económico.

Se portanto, o conceito de bem-estar, de qualidade de vida é relativo no tempo e no espaço, hoje em dia, existe um certo consenso sobre o nível de satisfação das necessidades básicas consideradas fundamentais para alcançar o Desenvolvimento social.

Assim, o acesso a habitação, água potável, a educação, a saúde, o emprego são elementos essenciais a levar em consideração.

Obviamente que, pelo facto da nossa problemática do Desenvolvimento se circunscrever a um determinado município, reveste-se, por conseguinte de especificidades, em termos de abordagem que nem sempre se enquadra nas teorias de Desenvolvimento, até hoje existentes.

A abordagem que vamos fazer, será muito mais pragmática do que teórica, e constituirá seguramente uma contribuição valiosa para a sociedade civil e os decisores políticos terem em conta, no dia a dia e na prossecução das diversas metas de Desenvolvimento do Tarrafal.

⁵ Instituto Nacional de Estatística, 2002

Pergunta de partida

A questão a que pretendemos procurar uma resposta ao longo do presente trabalho consiste em saber se **a situação socioeconómica que se vive no concelho do Tarrafal, espelha as potencialidades do seu Desenvolvimento?** Ou dito por outras palavras: **o que tem sido feito para o melhor aproveitamento possível das potencialidades socioeconómicas do concelho, no sentido da promoção do Desenvolvimento do concelho?**

Metodologia

Como se sabe para fazer um trabalho de investigação várias metodologias poderão ser a utilizadas. E investigar implica reorganizar criativamente um conjunto de informações já existentes.

O trabalho foi realizado em duas fases metodológicas:

- Na primeira fase fizemos a escolha do tema e a elaboração de um plano de trabalho, em concertação com o orientador;
- Numa segunda fase, teve lugar a recolha de dados relativos ao tema, pesquisas bibliográficas e trabalho de terreno.

É de salientar que essas deslocações ao terreno permitiram encontros com as forças vivas do concelho, nomeadamente os representantes de associações e grupos, representantes dos serviços locais, designadamente as delegações do Ministério da Educação e Valorização

dos Recursos Humanos, Esquadra da Polícia de Ordem Pública, Repartição de Finanças, Delegação da Capitania dos Portos, Delegação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, através dos quais obtivemos informações úteis e importantes para a realização do presente trabalho.

Principais conceitos geográficos utilizados

Desenvolvimento⁶ - processo que visa a melhoria das condições de vida de um indivíduo ou de um grupo. Conceito essencialmente qualitativo, que pressupõe objectivos sociais ou políticos para além dos de carácter económico.

Desenvolvimento Socioeconómico - interessa-nos estudar Desenvolvimento Socioeconómico como um processo de alargamento de escolhas das pessoas. O alargamento de escolhas obtém-se através da expansão das capacidades físicas e humanas. Em todos os níveis de Desenvolvimento há 3 capacidades essenciais para o Desenvolvimento: as que permitem as pessoas ter uma vida longa e saudável, ser instruídas, e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

Concelho – circunscrição administrativa em que se divide o distrito; município.

Centro de saúde – Comparativamente com a Unidade Sanitária de Base, tem a presença de um delegado de saúde, enfermeiro, servindo a população a tempo inteiro.

Taxa de mortalidade (Tm) – é o número de óbitos por cada mil habitantes durante um ano num determinado local ou seja:

$$Tm = \frac{m}{pt} \times 1000, \text{ em que:}$$

⁶ Relatório de Desenvolvimento Humano – 1997

T_m = taxa de mortalidade

m = mortalidade

pt = população total

Taxa de mortalidade infantil (TMI) – número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por cada mil nascimentos vivos, num dado local durante um ano.

Taxa de Natalidade – número de nascimento vivos por cada mil habitantes, num ano, ou seja:

$$T_n = \frac{n}{pt} \times 1000 \text{ em que:}$$

T_n = Taxa de natalidade

n = nascimentos

pt = população total

Taxa de crescimento natural (TCN) – é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade ($TCN = T_n - T_m$). Pode ser positiva, nula ou negativa, conforme a taxa de natalidade for superior, igual ou inferior à taxa de mortalidade.

População activa⁷ – conjunto de pessoas em idade de desenvolver uma actividade profissional. Integram nessa classificação todas as pessoas que exercem uma profissão, as desempregadas, incluindo as que procuram o primeiro emprego, e as que se encontram a cumprir o serviço militar obrigatório. O conjunto da população activa pode dividir-se em dois subconjuntos: população activa empregada e população activa desempregada. A população activa empregada é o conjunto de indivíduos, que embora estejam disponíveis para trabalhar, estão sem trabalho num determinado momento tomado como referência. Inclui os que nunca trabalharam e os que se encontram à procura de um emprego.

Índice de Juventude⁸ – compara directamente a população jovem com a população idosa, permitindo uma leitura do tipo “ por cada 100 idosos existem x jovens “. Determina-se da forma seguinte: (População com 0 – 14 anos/população com 65 e + anos) x 100.

⁷ Belmiro Cabrito e Maria Oliveira, Introdução À Economia – 10ºano, Lisboa, texto Editora, 1996

⁸ Batouxas Mariana e Viegas Julieta, Dicionário de Geografia Lisboa, Junho de 1998

Sectores de Actividade⁹ – sectores da economia, englobando cada um deles diversas actividades ou profissões relacionadas entre si.

Sector primário – sector de economia de um país em que engloba todas as actividades relacionadas com a exploração de recursos naturais: agricultura, silvicultura, pesca, e exploração mineira.

Silvicultura – actividade que tem como objectivo a protecção de ecossistemas florestais, procedendo-se a cultura e tratamento de diferentes espécies vegetais.

Sector secundário – sector da economia, relacionado com a actividade industrial, ou seja, com a transformação de matéria-prima em produtos prontos a consumir ou para serem de novo transformados.

Sector terciário – engloba todas as actividades relacionadas com o comércio e a distribuição dos produtos, bem como os serviços, públicos e privados. Este sector constitui uma ponte de ligação entre a exploração e transformação dos produtos e o consumidor.

Turismo – fenómeno que baseado na deslocação de indivíduos para o recreio. Estas viagens intensificam-se a seguir a II Guerra Mundial, devido ao crescimento económico e ao aumento de poder de compra. Segundo a OMT, o turismo compreende “ as actividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapassa o ano, para fins recreativos, de negócios e outros”.

Taxa de desemprego¹⁰ – é um indicador social e economicamente importante que nos permite interpretar melhor a taxa de actividade uma vez que traduz a percentagem de desempregados em relação ao total da população activa e determina-se da forma seguinte:

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{N^{\circ} \text{ de Desempregados}}{\text{Pop. Activa}} \times 100$$

⁹ Idem

¹⁰ Belmiro Cabrito e Maria Oliveira, Introdução À Economia – 10ºano, Lisboa, texto Editora, 1996

Capítulo I. Contexto Físico

1.1. Origem e localização

A origem e evolução do concelho do Tarrafal estão intimamente ligadas ao processo de divisão administrativa de Cabo Verde e, de uma forma particular, da ilha de Santiago. Houve tempo, nos finais do século XIX, em que Tarrafal e Santa Catarina integravam o mesmo concelho, ora com sede no Tarrafal, ora com sede em Santa Catarina.

Em 1872, foi criado o concelho de Tarrafal, agrupando as freguesias de Santo Amaro e São Miguel. Esta configuração administrativa permanece até 1997, quando a freguesia de São Miguel foi elevado a nível de concelho.

O concelho dispõe de uma superfície de 112 km², de uma população de 17.784 (dezassete mil setecentos e oitenta e quatro) habitantes e de uma densidade populacional de 102.4 habitantes por quilómetros quadrados¹¹.

A população distribui-se de forma irregular, existindo zonas de grande concentração, e outras de fraca concentração. A Vila do Tarrafal e Chão – Bom, constituem as duas zonas de maior concentração da população, onde residem cerca de 10 291 (dez mil duzentos e noventa e um) habitantes, representando 58% dos habitantes do concelho. Essas duas zonas são as mais infra-estruturadas e oferecem melhores condições de vida, o que reforça a capacidade de atracção e fixação da população.

O concelho do Tarrafal estende-se para Norte de Serra Malagueta, formando uma espécie de península entre a Baía de Chão – Bom e a Costa dos Biscainhos. É limitado a Sudeste pelo concelho de Santa Cruz e a Sudoeste pelo concelho de Santa Catarina, conforme pode se ver na figura que se segue.

¹¹ Instituto Nacional de Estatísticas, 2000

Figura 1. Localização do município do Tarrafal



Fonte: Base Militar de Portugal, ilha de Santiago 1969 – Adaptado
Esc. 1/70 000

1.2. Relevo e clima¹²

O concelho do Tarrafal apresenta um relevo pouco acentuado. De toda a área do concelho, destacam-se duas formas de relevo com grande exposição, o Monte Graciosa com os seus 643 metros de altitude, a maior elevação dos seus relevos, sobranceiro à Vila do Tarrafal, e a Caldeira de Maria Sevilha, junto à Ribeira da Prata constituindo um dos melhores exemplares de caldeira da ilha. Ainda é de referir a existência de outras depressões nomeadamente a Ribeira Grande, a Ribeira de Cuba, a Ribeira de Fontão, e achadas como Achada Grande, Achada Boi, Achada Tomás, Achada Carreira.

Referente ao clima, o concelho do Tarrafal é marcado pela existência de várias microclimas, designadamente, árida e semi-árida, com uma altitude média inferior a 200 metros, influenciado por um conjunto de factores tais como o relevo e a disposição das vertentes em relação aos ventos marítimos.

Pode observar-se a ocorrência de duas estações do ano, sendo uma seca, indo de Dezembro a Junho, altura em que o país se encontra sob a influência de ventos alísios provenientes do deserto de Sáhara, e outra das chuvas que vai de Agosto a Outubro, em que as chuvas são irregulares. A temperatura média anual oscila os 25°C.

¹² Plano Ambiental do Tarrafal, Associação Nacional dos Municípios de Cabo-Verde.2004

Capítulo II. Contexto Socioeconómico

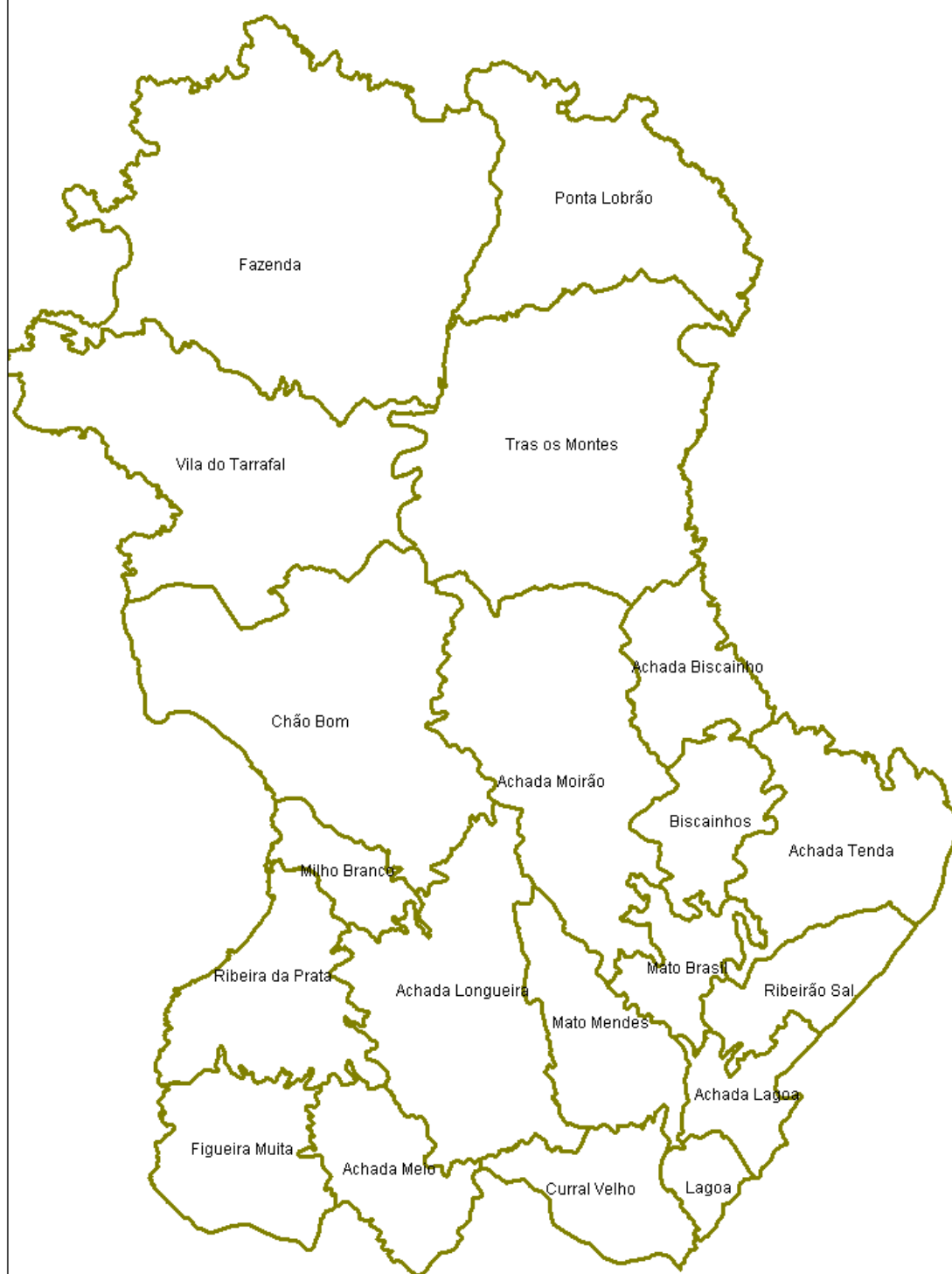
2.1. População

Segundo os dados publicados pelo Censo de 2000, o concelho de Tarrafal, contava com 17.784 (dezassete mil setecentos e oitenta e quatro) habitantes, constituindo assim, cerca de 8 % da população de Santiago e 4% da população cabo – verdiana. Actualmente o concelho tem aproximadamente 21000 habitantes¹³.

Observando a figura que se segue podemos constatar que o concelho é composto por um total de 20 localidades. De entre essas localidades algumas estão desabitadas, como é o caso de Ribeirão Sal, e Mato Brasil.

¹³ Institutio Nacional de Estatística

Figura 2. As zonas do concelho do Tarrafal



Fonte: Base Militar de Portugal, ilha de Santiago, 1969 – Adaptado
Esc. 1/70 000

Do total da população residente no concelho, cerca de 44% da população é do sexo masculino e 56% do sexo feminino, com uma relação de masculinidade de 75 homens por 100 mulheres. A taxa de crescimento médio anual é de 4.3%, superior ao país (2.4%).

A percentagem de jovens na população é elevada. A título de exemplo, o índice de juventude¹⁴ é bastante elevado, 75.8% da população total residente, dado esse que representa um importante potencial em recursos humanos para o Desenvolvimento do concelho.

O número de agregados familiares oscila à volta dos 3878 (três mil oitocentos e setenta e oito) famílias. Destes 61.8% possuem um nível de conforto muito baixo, superior à ilha de Santiago (51.7%), evidenciando a gravidade da pobreza no concelho¹⁵.

Ainda é de citar que a maior parte dos agregados familiares são chefiados por mulheres, correspondente a 51% da população do Concelho. As razões que estão na origem deste facto têm haver com emigração masculina quer para a cidade da Praia, quer para o estrangeiro, a gravidez não desejada e a maturidade precoce e associada a pouca responsabilidade dos homens perante a prevenção e consequência da gravidez.

2.2. Habitação

Para o estudo da situação socioeconómica do Tarrafal, no que tange à habitação, começaremos pela caracterização das condições habitacionais.

As condições de habitabilidade de uma população podem ser classificadas em função de várias vertentes. De entre essas vertentes, destacam-se o tipo de habitação, o número de divisão na habitação, a fonte de energia utilizada para a iluminação, a existência ou não de casa de banho, de cozinha nas habitações, o modo de evacuação das águas residuais, a forma de abastecimento de água às habitações.

¹⁴ Fórmula Índice de juventude $\text{Pop.}_{<14 \text{ Anos}} \times 100$ J. MANUEL NAZARETH, Introdução à Demografia, de, 1996
 $\text{Pop.}_{>65 \text{ e mais anos}}$ Teoria e Prática, Editorial Presença Lisboa, Outubro

¹⁵ INE, Censo 2000

- Tipologia de habitações

Relativamente à tipologia das habitações com base nos dados constantes no quadro seguinte, podemos verificar que aproximadamente 90% da população vive em casa individual. A restante população reside sobretudo em parte de casa (11.6%), sendo bastante diminuto o número de pessoas que vive em apartamentos, vivendas ou barracas.

Quadro 1. População residente por tipo de habitação

Tipo de habitação	Valor absoluto	%
Casa individual	3401	87.6
Apartamento	8	0.2
Vivenda	8	0.2
Barraca	10	0.2
Parte de casa	451	11.6
NR	0	0.0
Total	3878	100

Fonte: 3º Recenseamento Geral da população e Habitação – Censo 2000, INE

Analisando a população por número de divisões na habitação (quadro 2), conclui-se que no concelho de Tarrafal, a maioria da população reside em casas com 1 a 3 divisões (cerca de 47.1% da população), enquanto que apenas 6.0% da população residem em casas com 7 a 9 divisões.

Quadro 2. População residente por número de divisões na habitação

Número de divisões	Valor absoluto	%
1-3	1879	47.1
4 – 6	1724	44.4
7 – 9	234	6.0
≥ 10	26	0.7
NR	65	1.7
Total	3878	1000

Fonte: 3º Recenseamento Geral da população e Habitação – Censo 2000, INE

- Fonte de energia para a preparação de alimentos

Analisando a distribuição da população por fontes de energia para a preparação de alimentos (quadro 3), nota-se que o gás e a lenha são as principais fontes utilizadas 39.2% e 57.4% respectivamente. É de salientar que a utilização da lenha para a preparação de alimentos é mais frequente no meio rural, devido ao nível da pobreza da população nesse meio.

Quadro 3. População residente por fonte de energia utilizada para a preparação de alimentos

Fontes de Energia	Valor Absoluto	%
Carvão	6	0.1
Lenha	2229	57.4
Petróleo	64	1.6
Gás	1521	39.2
Electricidade	3	0.0
NR	55	1.4
Total	3878	100.0

Fonte: 3º Recenseamento Geral da população e Habitação censo 2000, INE

No respeitante à iluminação das residências, constata-se que parte significativa da população (31.7%) tinha acesso à energia eléctrica, no ano 2000. No ano de 2004 cerca de 75% da população tinha acesso a energia eléctrica¹⁶.

Conclui-se que actualmente, o uso da electricidade como fonte de energia para a iluminação nas residências tem vindo a aumentar, em detrimento do petróleo, gás, contribuindo para a melhorias das condições de vida.

Pois, aos dados do Censo de 2000, que se reportam ao mês de Junho devemos acrescentar a electrificação das seguintes zonas: Ribeira da Prata, Achada Longueira, Milho Branco, Figueira Muita, Mato Mendes e Achada Moirão. Em conjunto, estas zonas totalizam cerca de 13% da população do Concelho.

- Instalações sanitárias

Ainda segundo os dados do Censo de 2000, nota-se que cerca de 70% da população não dispõe de casa de banho, retrete, ou latrina nas suas residências. Esta situação é bastante preocupante porque algumas pessoas fazem as necessidades fisiológicas em qualquer sítio, trazendo consequências nefastas à saúde das populações, nomeadamente no surgimento de certas patologias (doenças diarreicas, esterites, sarampo, paludismo e todas as doenças parasitárias e infecciosas).

Esta situação não é indiferente à situação da pobreza que caracteriza o concelho, à qual se acrescenta os hábitos predominantes. Acredita-se que neste momento a situação é relativamente melhor que em 2000, pois, algumas zonas rurais que não dispunham de rede domiciliária de água, já a possuem. São os casos de Biscainhos, Trás-os-Montes, Ponta Furna. A estas zonas rurais, acrescentam-se ainda os arredores da Vila e de Chão-Bom, para onde foram expandidas as redes de abastecimento de água, como Cabeça Carreira, Perdigoto, Lém Mendes, Colhe Bicho e Monte Bode.

¹⁶Relatório de Actividades da Câmara Municipal, ano de 2004,

Quadro 4. População residente por existência de casa de banho

Casa de banho e retrete	Valor absoluto	%
Casa de banho com retrete	1040	26.8
Casa de banho sem retrete	192	5.0
Retrete/latrina	3	0.1
Sem casa de banho e com retrete e sem latrina	2585	66.7
NR	58	1.4
Total	3878	100.0

Fonte: 3º Recenseamento Geral da população e Habitação censo 2000, INE

Analisando o quadro 5 conclui-se que esta situação é mais dramática no respeitante à drenagem das águas residuais domésticas, constatando-se que de acordo com os dados do Censo de 2000, a população do concelho de Tarrafal, não é servida por redes de esgoto; por outro lado a utilização das fossas sépticas apenas tem alguma expressão na Vila do Tarrafal, onde 23.2% da população utiliza este sistema de evacuação de águas residuais ao redor da casa ou na natureza.

Quadro 5. População por modo de evacuação das águas residuais

Evacuação das águas residuais	Valor absoluto	%
Fossa séptica	406	10.4
Rede de esgoto	15	0.4
Redor de casa	3096	79.8
Natureza	296	7.6
Outro	16	0.4
NR	49	1.2
Total	3878	100.0

Fonte: 3º Recenseamento Geral da população e Habitação – Censo 2000, INE

- Saneamento do meio

Presentemente os serviços do saneamento do meio estão sob a tutela da Equipa Técnica Ambiental.

No que refere aos funcionários, conta com um total de 74 efectivos distribuídos entre a Vila do Tarrafal e Chão-Bom, sendo a 1ª servida por 64 efectivos e a 2ª por 9. O serviço conta ainda com um camião apropriado de recolha de lixo, um camião galuxo, um carterpillar, dumper. Nos centros urbanos o lixo é recolhido diariamente. Segundo informações acolhidas junto da Equipa Técnica Ambiental, a taxa de recolha diária é de 24 toneladas setecentos e cinquenta litros.

Depois de recolhido, o lixo é enterrado à uma distância de 5 km da Vila o Tarrafal, e 2 km da localidade de Trás-dos-Montes, o que representam uma ameaça para a saúde da população dessa localidade.

É de salientar que o concelho já possui um aterro para melhor tratamento de lixo, mas que ainda não entrou em funcionamento.

2.3. Abastecimento de água

O problema de abastecimento de água afecta muito mais a população do meio rural do que a do meio urbano. Nas zonas rurais e nas zonas periféricas urbanas, a população desperdiça grande parte de seu tempo e esforço na procura desse bem.

Segundo o Relatório de Actividades da Câmara Municipal, houve avanços significativos no abastecimento de água no Tarrafal: em termos de ligação domiciliária, de 50.5% em 2003, passou para 55% em Dezembro de 2004. O abastecimento através de chafarizes passou de 32% em 2003, para 37% em 2004, isto é devido ao aumento do número

de ligação dos chafarizes directamente aos furos; em contrapartida, o abastecimento de água, através de auto-tanques, reduziu-se de 15% em 2003, para 1% em 2004.

O abastecimento através de auto-tanques que no início de 2004 abrangia ainda 15% da população, passou-se para 1% no final do ano. Parte da população que se abastecia por este processo passou a abastecer-se nos chafarizes aprovisionados com água aduzida directamente a partir dos furos. Assim, esta forma de abastecimento à população que no início do ano atingia 32% da população, passou-se a 37%, no final do ano.

O quadro a seguir representa os principais pontos de água existente no concelho.

Quadro 6: Os principais pontos de água existente no concelho

N.º de Furo	Localização	Caudal de Escoamento (M3)
SST 21	Achada Boi	600
FBE 176	Achada Boi	380
FBE 121	Achada Longueira	480
FBE 129	Chão-Bom	360
FT 29	Chão-Bom	360
FBE 150	Ribeira das Prata (Cuba)	310
FBE 151	Ribeira da Prata	300
SP 19	Ribeira da Prata	250
SST 21	Monte Covada (Vila)	360
SST 30	Monte Covada	180

Fonte: Hidrologia de Santiago, I vol.1980

Para além dos furos referidos no quadro acima, furos estes que se encontram em pleno funcionamento, mas alguns de forma subaproveitados, existem outros, em Achada Grande, Achada Carreira, Achada Biscainhos, Achada Moirão, Fazenda, Mato Mendes, Milho Branco, Porto Formoso e Trás dos Montes, que não se encontram equipados e, por conseguinte fora de exploração.

Apesar do problema do abastecimento de água fustigar-se na maioria das zonas rurais em Cabo Verde, segundo informações recolhidas junto do Serviço Autónomo de Água e

Saneamento no concelho, a população tem sido servido cada vez mais com maior quantidade e melhor qualidade de água.

Neste momento, a população do concelho que se abastece através de água auto-transportada e de nascentes, corresponde as zonas altas e as zonas encravadas. Nas primeiras encontram as zonas de Achada do Meio, Figueira Muita e Curral Velho que são abastecidas através de água auto-transportada. Nas segundas, encontram-se as zonas de Lagoa e Achada Lagoa, que se abastecem através de nascentes. Em conjunto essas zonas totalizam menos de 1% da população do concelho.

2.4. Saúde

2.4.1. Evolução das estruturas médico – sanitárias

De momento passaremos à análise da evolução das estruturas médico-sanitárias no concelho do Tarrafal, através da estrutura do pessoal e da rede física dos equipamentos.

No que concerne a estrutura física, temos o seguinte quadro:

- 1 (um) Centro de saúde;
- 11 (Onze) Unidades Sanitárias de Base (USB)¹⁷;
- 3 (Três) postos de venda de medicamentos.

As Unidades Sanitárias de Base (USB) são infra-estruturas de menor estrutura, mais próxima da população, que servem menor número da população e prestam os serviços

¹⁷ Infra-estrutura de saúde que prestam os serviços básicos, nomeadamente curativos, injeções, permitindo a ligação da comunidade com o centro de saúde.

básicos, nomeadamente curativos e injeções, permitindo a ligação da comunidade com o centro de saúde. Essas estruturas estão distribuídas pelas localidades de Chão – Bom, Trás dos Montes, Chã de Junco, Achada Longueira, Ribeira da Prata e Achada Tenda. Existem ainda Unidades Sanitárias de Base em Curral Velho, Achada do Meio, Mato Mendes, Lagoa e Milho Branco.

Segundo as informações obtidas junto da Delegacia de Saúde e atendendo as normas da Organização Mundial da Saúde, praticamente toda a população do concelho está a menos de uma hora de distância de uma estrutura de saúde, o que revela um avanço relativo deste sector no concelho.

Actualmente a população é servida por 4 (quatro) médicos, dando um rácio médico/habitante 1/5183, superior à média do país, 1/2441; 7(sete) enfermeiros, fazendo um rácio enfermeiro/habitante 1/2962, superior à média nacional (1/1435).

Ainda a população é servida por 3 (três) auxiliares de Programa Materno Infantil, 4 (quatro) agentes sanitários, 7 (sete) ajudantes de serviços gerais, 1 (um) analista, 1 (um) farmacêutico e 13 (treze) agentes sanitários distribuídos entre Chão Bom e zonas rurais.

A capacidade de internamento é de 38 camas e 5 berços distribuídos em 6 enfermarias existentes. Porém, convém ressaltarmos que o edifício que alberga a Delegacia de Saúde, não oferece as melhores condições laborais. Pois, não se trata de um edifício construído de raiz para albergar um Centro de Saúde. Na década de 70 foram construídos dois edifícios para albergar um posto sanitário. A partir desses dois edifícios, e tendo em conta a necessidade de melhorar a capacidade de atendimento na Delegacia de saúde, procedeu-se a construção, de tempo em tempo, de um pequeno edifício, alargando a área do Posto sanitário inicialmente construído. Soubemos que se encontra em curso, um projecto de construção de um novo centro de saúde, mais adequado às exigências de funcionamento de um centro de saúde, mas ainda não se deu início à sua construção.

No que se refere à distribuição de medicamentos, existe um posto de medicamento no centro de saúde, abastecido trimestralmente através do Depósito Nacional de Medicamentos, 1 (uma) farmácia e 2 (dois) postos de venda de medicamentos pertencentes a privados.

Quadro 7. Evolução de alguns indicadores

Indicadores	Ano						
	1996	1998	2000	2001	2002	2003	2004
N.º de Médicos	3	3	3	3	3	3	4
N.º de Enfermeiros	7	7	7	7	7	7	7
N.º de Camas	26	26	34	34	34	34	34
Rácio Médico/habitantes.	1/8892	1/9023	1/5928	1/6142	1/6329	1/6523	1/5183
Rácio Enfermeiro/habitantes	1/3810	1/3867	1/2540	1/2630	1/2632	1/2795	1/2962

Fonte: Delegacia de Saúde

Constata-se que o rácio médico/habitante e enfermeiro/habitante tem aumentando a partir de 1996 a 1988, pelo facto de até a presente data o centro de saúde ter que dar cobertura ao concelho de São Miguel.

2.4.2. Evolução de alguns indicadores de saúde

Observando o quadro 8 podemos afirmar que houve melhorias perceptíveis dos cuidados de saúde no Tarrafal. A título de exemplo, destacamos a melhoria da taxa de vacinação das crianças, assim como a redução da Taxa de Mortalidade, principalmente a Infantil.

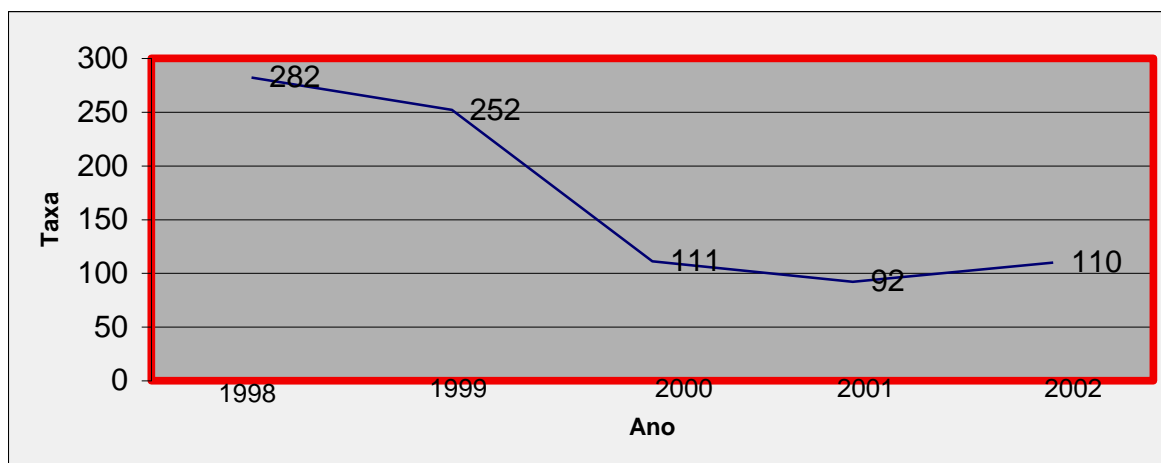
Quadro 8. Evolução da Taxa de Mortalidade (1998- 2002)

Indicadores	1998		1999		2000		2001		2002	
	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰
Tarrafal	282	10.4	252	9.2	111	6.9	92	4.9	110	5.7
Santiago	1583	7.7	1509	7.4	1323	6.4	1220	5.9	1213	5.9
Cabo-verde	2811	6.7	2812	6.6	2433	5.6	2396	5.4	2395	5.3

Fonte: GEP Ministério de Saúde, 1998 – 2002

De acordo com o quadro acima, a Taxa de Mortalidade tem diminuindo no concelho assim como na ilha de Santiago e em Cabo – Verde em geral.

Figura 3. Evolução da Taxa de Mortalidade no concelho (1998 – 2002)



Observando a figura, podemos verificar que a Taxa de Mortalidade tem gradativamente diminuído no concelho entre 1998 e 2002, tendo sido superior à taxa média de Santiago e nacional ao longo do período, com excepção de 2001.

Quadro 9. Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (1996 – 2000)

Indicadores ⇒	1996		1997		1998		1999		2000	
	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰	Óbitos	Taxa ‰
Tarrafal	37	33.2	54	49.0	54	49.9	34	32.0	16	21.9
Santiago	354	43.7	441	54.5	309	38.3	286	35.5	215	26.6
Cabo-Verde	516	35.5	611	42.0	442	30.4	420	29.1	334	23.1

Fonte: GEP – MS, 1996 – 2000

De acordo com os registos no quadro acima, constatamos que a taxa de Mortalidade Infantil do concelho conheceu tendência crescente no período de 1996 a 1998 e decrescente, deste último ano a 2000. Na ilha de Santiago e no país essa mesma taxa aumentou de 1996 para 1997 e diminuiu a partir deste último ano até 2000.

A elevada Taxa de Mortalidade Infantil no primeiro período deve-se, seguramente, à pobreza da população, falta de condições higiénicas, deficientes condições sanitárias locais, deficiente tratamento de lixo e ao défice na assistência médica e medicamentosa.

No contexto da ilha, o concelho regista taxas inferiores à média da ilha, ao longo do período em análise, com excepção do ano de 1998.

Comparativamente com a taxa média registada no país, o concelho apresenta taxa inferior apenas nos anos de 1996 e 2000.

Se no contexto da ilha, a situação não parece preocupante, já no contexto do país os dados suscitam alguma preocupação, o que requer tomadas de medidas com vista a posicionar o concelho na média nacional.

Destacamos um conjunto de factores que contribuíram para a diminuição da taxa de mortalidade infantil, designadamente a formação de mais agentes sanitárias e a abertura de novas Unidades Sanitárias de Base, o reforço das acções levadas a cabo pelos serviços do Planeamento Materno Infantil e Planeamento Familiar (PMI-PF), o melhoramento das condições sanitárias, que se revela através da melhoria abastecimento e no tratamento de água e na redução do lixo. A este conjunto de factores acrescentamos ainda, o papel a influência

positiva que tiveram as escolas, as campanhas de informação e sensibilização levadas a cabo pelos serviços de Saúde e da Câmara Municipal, nos domínios da higiene e da saúde pública.

2.5. Educação – Evolução da rede física e do pessoal docente

No concelho de Tarrafal existe as seguintes estruturas de ensino oficial:

- a) Ensino Pré-Escolar
- b) Ensino Extra – Escolar
- c) Ensino Básico Integrado (EBI)
- d) Ensino Secundário

A abordagem da situação da educação existente no concelho será feita com recurso aos indicadores: alunos/salas de aula e alunos/professor, nos diferentes níveis de ensino.

a) Ensino Pré – Escolar

O Ensino Pré – Escolar de frequência facultativa, ministrado em jardins infantis, é destinado às crianças com idades compreendidas entre os 4 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico Integrado, que é de 6 anos para os alunos que frequentaram os jardins e 7 para os que não tiveram essa chance.

Quadro 10. Evolução dos efectivos no Ensino Pré – Escolar de 2000/01 a 2003/ 04

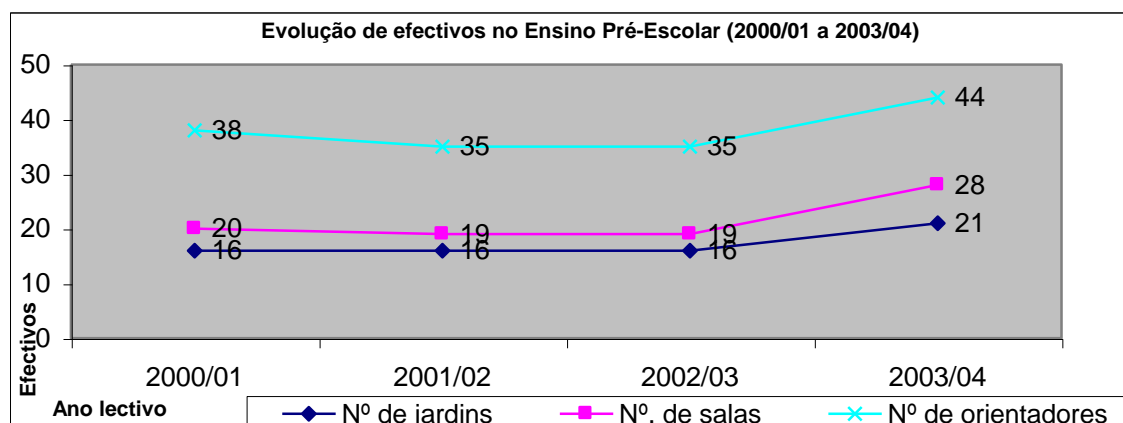
Ano lectivo ⇒	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
N.º de jardins	16	16	16	21
N.º de salas	20	19	19	28
N.º de crianças	759	771	838	922
N.º de orientadoras	38	35	35	44

Fonte GEP – MEVRH

De acordo com o quadro 10, verificamos que no ano lectivo 2000/01, o concelho de Tarrafal tinha um total de 16 jardins infantis, acolhendo 759 crianças repartidas por 38 orientadoras em 20 salas de aulas. O rácio crianças/orientadora e crianças/sala correspondiam a 20 e 22 alunos respectivamente, o que é uma média elevada para este nível de ensino, agravada ainda pelo facto de que a maioria das orientadoras não possuem qualificações pedagógicas para o exercício das suas funções e carência de materiais didácticos, situação que compromete a qualidade e o aproveitamento neste nível de ensino.

Entre esses quatro anos de referência podemos concluir que no ano lectivo 2003/04, o parque escolar infantil registou o maior crescimento, o número de jardins, número de salas e o número de orientadoras.

Figura 4. Evolução dos efectivos no Ensino Pré – Escolar ano lectivo (2000/01 a 2003/04)



Com base na figura, podemos constatar que a população escolar do Ensino Pré-Escolar está aumentando ano após ano, consequência do alargamento desta rede de ensino a diversas

localidades, assim como a redução da mortalidade infantil, diminuição da emigração, e a persistência do crescimento demográfico.

b) O Ensino Básico Integrado (EBI)

A situação do Ensino Básico Integrado (EBI) nomeadamente no planeamento da rede e das condições de ensino foi caracterizada com base no Anuário da Educação e da informação colhida localmente, junto da Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

O concelho de Tarrafal tinha no ano lectivo 2000/01 um total de 24 escolas do Ensino Básico Integrado, frequentado aproximadamente por 4030 (quatro mil e trinta) alunos da 1ª a 3ª fase; possuía um colectivo de 145 (cento e quarenta cinco) professores, constituindo cerca de 4.5% de professores a nível nacional. Foi um dos anos em que o parque escolar conheceu o maior número de efectivos. A partir do referido ano lectivo, tem se notado uma diminuição paulatina dos efectivos, nomeadamente de alunos matriculados, professores, apesar destes conhecerem um ligeiro aumento no ano lectivo 2002/03, mas continuou a baixar nos anos posteriores.

No ano lectivo 2000/01, o rácio alunos/professor foi de 27.7, e alunos/sala 50.3, o que é uma média elevada.

Quadro11. Evolução dos efectivos no Ensino Básico Integrado de 2000/01 a 2003/04

Ano lectivo ⇒	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
N.º de escolas	24	24	24	24
N.º de alunos	4029	3985	4056	3983
N.º de professores	145	131	134	142
N.º de salas	80	83	78	77
TLE (100)	92.9	91.9	94.3	91.8

Fonte: GEP-MEVRH

É de salientar que muitas escolas funcionam em condições deficientes, devido à carência de materiais didácticos, falta de casa de banho, carecimento de espaços de lazer, degradação da estrutura física, estado degradado dos mobiliários.

Quadro 12. Alunos e professores do Ensino Básico Integrado EBI (2004/05)

1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
Alunos matriculados	Professores	Alunos matriculados	Professores	Alunos matriculados	Professores
1338	39	1342	42	1117	37

Fonte: Delegação do MEVRH – Tarrafal

De acordo com o quadro acima encontra-se a frequentar o Ensino Básico Integrado 4022 (quatro mil e vinte dois) alunos, distribuídos em 77 (setenta e sete) salas, sendo 1117 (mil cento e dezassete) alunos a frequentar a última fase do ciclo.

Actualmente o rácio alunos/professor e alunos/sala atinge os 33 e 52 respectivamente. Consideramos que é uma média elevada, tanto em número de alunos por professor e por sala, comprometendo o aproveitamento e a qualidade de ensino neste nível.

No que se refere ao colectivo de professores, 90% destes são formados, contribuindo cada vez mais para a melhoria da qualidade do ensino.

A média da TLE (Taxa Líquida de Escolarização) nesses quatro anos ultrapassou os 92%.

c) Ensino Secundário

Neste momento, na Escola Secundária do Tarrafal ministra-se do 7º ano de escolaridade até o 12º ano, o que tem contribuído para o aumento significativo de número de estudantes com 12º ano no concelho.

Quadro13. Evolução de efectivos no Ensino Secundário de 2000/01a 2003/04

Ano lectivo ⇒	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
N.º de alunos	1869	2253	2438	2492
N.º de professores	66	80	87	95
N.º salas	28	29	31	36

Fonte: GEP/MEVRH

A partir da observação do quadro, podemos afirmar que os efectivos no Ensino Secundário, continuam a crescer ano após ano.

No que se refere ao número de professores, há uma evolução quantitativa entre o ano lectivo 2000/01 a 2003/04 que passou de 66 para 95 respectivamente.

Analisando a distribuição de alunos por sexo, verificamos que no ano lectivo 2001/02, 51% dos alunos no Ensino Secundário eram rapazes contra 49% das meninas; razões culturais podem estar na origem desse desequilíbrio¹⁸.

Nos anos posteriores verificamos cada vez menos esse desequilíbrio entre rapazes e meninas no liceu, sobretudo no ano lectivo 2003/04, em que ambos os sexos representavam 50% dos estudantes.

É de referir que a maioria dos estudantes, cerca 1400 (mil e quatrocentos), são provenientes do meio rural, equivalente a 56% da população estudantil, contra 1096 (mil e noventa e seis) estudantes do meio urbano, correspondentes a 44% do total do efectivo de alunos da Escola Secundária.

No presente momento a Escola Secundária do Tarrafal encontra-se superlotada de estudantes; as turmas são constituídas por perto de 50 (cinquenta) estudantes. Muitos dos espaços, como a biblioteca, as salas de laboratório, de conferências, são transformados exclusivamente em salas de aula.

Não restam dúvidas que, nestas condições, tornam árduo o trabalho do professor. A situação é bastante preocupante ainda, para os alunos que não têm espaços onde possam consolidar os conhecimentos adquiridos nas aulas e, como é sabido, apenas o conhecimento transmitido pelo professor é insuficiente para a formação sólida de conhecimentos.

¹⁸Anuário da Educação, 2003

d) O Ensino Extra – Escolar

O Ensino Extra-Escolar, actualmente designado por Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, engloba as actividades de alfabetização, pós alfabetização e formação profissional de base.

Quadro14. Evolução dos efectivos no Ensino Extra – Escolar do ano lectivo 2000/01 a 2003/04

Ano lectivo	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
N.º de círculos de cultura	6	14	26	32
N.º de alfabetizandos	62	117	295	427
N.º de animadores	6	12	20	34

Fonte: GEP, MEVRH

Conforme podemos ver no quadro acima, dos 117 (cento e dezassete) alfabetizados no ano lectivo 2001/02, passou para 427 (quatro centos e vinte sete) em 2003/04.

A evolução do número de alfabetizados é notória e há uma grande procura dos serviços da alfabetização por parte dos adultos, em todas as fases de formação.

Podemos verificar que entre os anos lectivos 2000/01 a 2003/04, em termos quantitativos, houve uma evolução positiva de círculos de cultura no concelho, de número de alfabetizandos e de animadores. O rácio alunos/animador tem oscilado ao longo dos anos; conheceu uma ligeira diminuição no ano lectivo 2000/01 (cerca de 10 alunos/animador), uma vez que houve aumento de salas e de animadores, atingindo cerca de 15 alunos/animador no ano lectivo 2002/03.

É de realçar que a maior parte dos alfabetizandos é constituída por mulheres, cerca de 80%, situação que não é indiferente ao facto de no passado o analfabetismo ter afectado mais as meninas e que, para o concelho, aumenta a possibilidade da classe feminina aceder ao mercado de trabalho.

Quadro 15. Alunos e animadores do Ensino Extra-escolar (2004/05)

1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
Alunos matriculados	Animadores	Alunos matriculados	Animadores	Alunos matriculados	Animadores
97	7	121	13	143	10

Fonte: Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos

Pelo quadro acima, constatamos que a oferta neste nível de ensino é satisfatória. Encontram-se 361 (trezentos e sessenta e um) alfabetizando a frequentar o Ensino Extra-Escolar, distribuídos por 3 (três) fases do ciclo, sendo a 3ª fase frequentada por 143 (cento e quarenta e três) alunos aproximadamente, orientados por 10 animadores.

No que se refere às acções de formação levadas a cabo pelo centro concelhio do Tarrafal, destacam-se as seguintes: culinária, corte e costura e rendas e bordados, introdução à informática.

2.6. Cultura e Desporto

2.6.1. Actividades Culturais e Recreativas

Os homens ao longo dos tempos, sempre encontraram formas e processos para se divertirem em conjunto. De pais para filhos, ficaram ensinamentos de jogo e tradições que nos revelam o sentir do povo, os seus gostos e até as suas dificuldades.

A simplicidade dos processos e a utilização de materiais comuns às regiões mostram-se como, de uma forma criativa, a humanidade transforma a imagem dos trabalhos do seu dia-

a-dia em manifestações que promovem o convívio alegre entre todos os vizinhos. Representa um património que nunca devemos permitir que seja esquecido.¹⁹

No concelho do Tarrafal, a realização das actividades culturais são frequentes nos momentos da comemoração das festas de romarias.

De entre as manifestações culturais manifestas no concelho, destacam as actividades realizadas nas festas de romarias, de: Santo Amaro Abade, no mês de Janeiro, na Vila e Chão-Bom; São José, no mês de Março, em Trás-os-Montes; Nossa Senhora de Fátima em Achada Longueira, no mês de Maio; Santo António no mês de Junho, em Achada Moirão; Santo Agostinho, no mês de Agosto, em Achada Tenda e Nossa Senhora de Boa Esperança no mês de Dezembro em Ribeira da Prata. As actividades realizadas vão desde festivais de música, concursos de vozes, concursos de dança, feiras de artesanato e gastronomia, formação de grupos teatrais, homenagens a artistas naturais do concelho.

De entre as festas de romarias, a mais importante é a festa de Santo Amaro Abade, padroeiro da freguesia do concelho do Tarrafal. Esta festa aconteça a 15 de Janeiro e atrai, ano após ano, uma multidão de tarrafalenses, turistas e não só para festejar o dia do santo padroeiro. A festa consiste em vários dias de actividades, com a realização de diversas actividades: corrida de botes; natação; atletismo; torneios de futebol, de jogos de mesa; concursos de vozes; feira gastronómica; exposição de obras de arte; corrida de cavalos, com a participação de cavaleiros de outros concelhos e ilhas; a procissão e a missa solene, almoço especificamente para emigrantes e convidados, seguidas de cerimónias de distribuição de prémios aos vencedores das diversas competições.

Segundo a tradição, cada ano a festa é promovida por um “mordomo”, ou seja alguém que responsabiliza por financiá-la, e cuja escolha é feita no fim da festa do ano antecedente. No passado, eram grandes proprietários, comerciantes e emigrantes de sucesso que assumiam as despesas, demonstrando assim, o seu poder económico e prestígio social. Actualmente, os emigrantes têm vindo a assumir com mais frequência a promoção da festa.

Para além das comemorações das festas de romarias, vários aspectos evidenciam o sincretismo da cultura tarrafalense: a culinária, a música, o artesanato, ... “Uma grande quantidade de pratos típicos do arquipélago – a cachupa, o cuscuz, o sonhe, a feijoad, ... é feita à base do milho (**Zea mais**) de origem americana e feijões também de origem americanos (**Phaseolus lunatus**, **Dolchos Lablab**), triturados em pilões africanos ou em

¹⁹ Manuela Costa e Anibal Costal - Educação Física, Porto Editora, Lisboa, 2004

moinhos de pedra típicos do mediterrâneo e cozinhados, à lenha em fogões de três pedras, como em toda a África negra”.

No que se refere à música, Tarrafal, é marcado pela existência dos seguintes géneros musicais: o batuque, a tabanca, e o funaná. De entre esses géneros, o batuque é o mais expressivo. Antigamente era praticado apenas por mulheres idosas, do meio rural, sendo actualmente feito por crianças. A título de exemplo podemos destacar a existência de alguns grupos de batuque, como o grupo “Pó de Terra”, grupo “Delta Cultura” constituído por crianças dos 10 aos 15 anos. É de realçar que o batuque deixou de ser uma música ouvida e cantada apenas nas festas de casamento e baptizado, para se tornar o elemento importante de animação nos momentos da realização das actividades no concelho.

A tabanca, actualmente, género pouco expressivo no concelho, antigamente era muito popular e consistia no desfile de homens, mulheres e crianças, trajadas a cores e ao som dos tambores, cornetas “búzios”.

O funaná é outro género muito popular, que ganhou alguma expressão, devido à presença de alguns grupos musicais que marcaram a época pós independência, como “Bulimundo” e os “Tubarões”, que animavam o concelho com muita frequência, na festa padroeira de “Santo Amaro Abade”. Hoje este género musical é mais conhecido por toque de “ferro e gaita”, com destaque para o artista local “Tchota Soares”.

A religião é outro elemento que caracteriza a população do concelho do Tarrafal. Existe várias religiões no concelho como a religião Católica, Protestante, Testemunha de Jeová, Igreja Nazareno, Adventista, e recentemente o Templo maior. A população é maioritariamente católica.

Um outro elemento que marca a cultura tarrafalense é a presença do ex-campo de concentração, construído em tempos passados, na época colonial, a qual vinha denotando o concelho, como “lugar de morte lenta”. É de salientar que actualmente o ex-campo de concentração foi transformado em museu de resistência, sendo visitado frequentemente por pessoas que visitam o concelho.

É de realçar que estas actividades recreativas e culturais constituem a expressão cultural do município, e ao mesmo tempo tem servido como factor de atracção turística.

2.6.2. Actividades desportivas

De entre as actividades desportivas realizadas no concelho, destacam-se uma série de competições desportivas sob a forma de torneios, campeonatos ou de meros intercâmbios inter-zonas e inter-urbanas. Essas competições abarcam as modalidades de futebol, andebol, *windsurf* e *bod board*, natação, atletismo, ciclismo e voleibol.

À semelhança do país, o futebol é a modalidade mais praticado no concelho, e em todas localidades.

O quadro a seguir representa alguns grupos desportivos, culturais e associações no concelho.

Quadro 16. Grupos desportivos, culturais e associações

Designação	Local	Obs.
Associação Cívica “Chão-Bom”	Chão-Bom	Tem sede
Grupo Cultural e Religioso ”Jovens sem fronteiras”	Vila	
Grupo Desportivo “Beira-Mar”	Chão-Bom	
Associação Dos amigos da ” Ribeira da Prata”	Ribeira da Prata	
Associação Comunitária ”Achada Tenda”	Achada Tenda	
Associação Funerária ”Pé de Barrera”	Chão-Bom	
Grupo Desportivo”Real Júnior”	Chão-Bom	Tem sede
Associação Cultural e Desportiva”Monte Ria”	Vila	
LAJUT (Liga das Associações Juvenis do Tarrafal)	Vila	
Associação Solidária do Tarrafal	Vila	
Grupo Cultural ”Delta – Cultura”	Vila	Tem sede
Grupo Pó de Terra	Chão-Bom	Tem sede

Os grupos desportivos, culturais e associações referidos, têm em média 70 sócios e são constituídos essencialmente por jovens. Algumas dispõem de sede própria, designadamente a

Associação Cívica “Chão-Bom”, LAJUT (Liga das Associações Juvenis do Tarrafal), Associação Desportiva “Estrela dos Amadores”, Associação “Delta Cultura” Grupo Desportivo “Real júnior”, Grupo “Pó de Terra”, sendo este último acabou de fazer o lançamento do primeiro trabalho discográfico intitulado “Triste sta na rua”.

È de salientar que as actividades desportivas são realizadas sob a forma de competições à base do amadorismo e na boa vontade. Actividades essas que, contribuem para a formação pessoal e social, a ocupação dos tempos livres, para Desenvolvimento da capacidade física e mental dos jovens, desviando assim a atenção e de enveredar para os males sociais²⁰.

2.7. Emprego – Desemprego

Para uma melhor caracterização da população activa e sua situação perante o emprego e desemprego, no município de Tarrafal, analisamos o quadro a seguir.

Quadro 17. População segundo sexo e sectores de actividade no concelho de Tarrafal

Sector de actividade	Total		Masculino		Feminino	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Primário	2801	42.6	925	14.2	1876	28.5
Secundário	1015	15.4	831	12.6	184	2.8
Terciário	2592	39.3	1036	15.7	1556	23.6
NR	173	2.6	54	0.8	119	3

Fonte: Censo 2000, INE

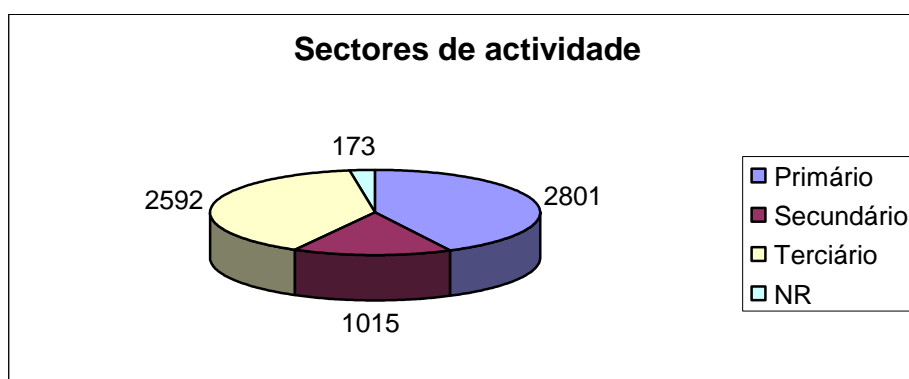
²⁰ actos nefastas à sociedade: consumo de droga e de bebidas alcoólicas, cigarro, provocando violência.

Analisando a estrutura do emprego por sectores de actividades económicas, com base no quadro acima, constatamos que, à semelhança da ilha de Santiago, o concelho do Tarrafal ocupa grande parte da sua população activa no sector primário, num total de 2801 (dois mil oitocentos e um) efectivos, constituindo cerca de 42.6 % da população activa. Destes, 14.2% são do sexo masculino e 28.5%, do sexo oposto.

O sector terciário, em termos de número de emprego, vem logo a seguir ao sector primário. Do total dos activos deste sector, cerca de 24% são do sexo feminino.

O sector secundário, no que se refere ao número de empregados, vem na última posição. Em termos relativos, a maior parte dos empregados deste sector é do sexo masculino.

Figura 5. Distribuição da população activa por sectores de actividade



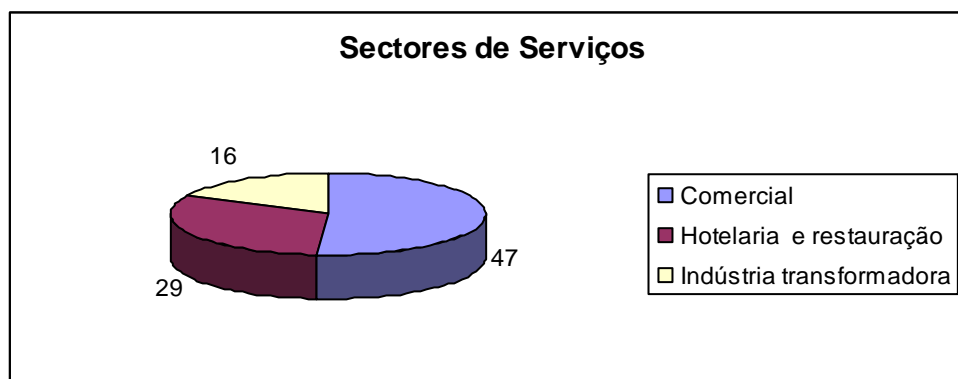
É de realçar que o mercado de trabalho no concelho Tarrafal padece de vários constrangimentos. Parte significativa da população activa, é mobilizada para o sector informal, onde as relações de trabalho não são regidas por uma contratação formal ou escrita e, na maioria dos casos, trata-se de auto-emprego.

A maioria das empresas existentes é do tipo familiar, pouco expressiva tanto em volume de empregos criados como em volume de negócios.

De acordo com os dados publicados no Censo de 2000, o sector privado garante o emprego de mais da metade da população activa do concelho (55.3%).

Relativamente ao sector de serviços (figura 6), podemos constatar que o subsector comercial é o que mais se destaca, seguido da hotelaria e restauração e, por último, as indústrias transformadoras. Apesar de serem actividades mal definidas, estes sectores empregam grande parte da população activa.

Figura 6. Sectores de serviços



Quanto à repartição da população empregada com 15 anos ou mais por faixa etária, nota-se que a maior proporção se concentra na faixa etária de 25-44 anos (51.9%).

Contrariamente do que se verifica em todos os concelhos do país, onde o número de homens empregados é superior ao das mulheres, observa-se o contrário em Tarrafal, ou seja, o número de mulheres empregadas é superior ao dos homens, com 57% para as mulheres, contra 43% para os homens, o que pode ser explicado como sendo o resultado da forte emigração masculina.

Relativamente ao desemprego, a maior taxa situa-se a nível dos jovens com idade compreendida entre os 15-24 anos, e com mais peso sobre a camada feminina. Quanto à distribuição do desemprego por zonas, verifica-se que este é mais acentuado nas zonas rurais, constituindo uma das razões que estão na origem do êxodo rural.

Tendo em conta que em Cabo Verde a pobreza incide com maior incidência nas zonas rurais, e na classe feminina, quanto mais se trata de um concelho com características rurais, torna-se necessário a concepção de estratégias conducentes de modo a reduzir as assimetrias do nível de vida das populações, de forma a proporcionar um padrão de vida mais humanamente possível.

Quando 18. Alguns indicadores da inactividade do concelho de Tarrafal

Indicadores	%
Taxa de Desemprego	8.9
Taxa de Desemprego Homem	8.9
Taxa de Desemprego Mulheres	12.1
Taxa Bruta de inactividade	27
Taxa Bruta de inactividade	72.5

Fonte – Censo 2000, INE

Os dados constantes do quadro acima apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 9%, dado este que do nosso ponto de vista é muito duvidoso ou então precisa de ser melhor explicado, uma vez que o próprio Censo reconhece a precariedade do emprego no concelho.

Quando o Censo afirma que 33% dos empregados se encontram no sector da agricultura e 11% no sector da construção civil, para nós é mesma coisa dizer que 44% das pessoas empregadas são desempregadas.

Corroborar a nossa tese, pelo facto de poder passar anos sem chover e quando chove trabalha-se apenas durante dois a três meses por ano, e sabe-se que não existe uma empresa de construção civil no concelho, com excepção dos que operam no ramo da produção de blocos, e os trabalhadores que trabalham por conta de cada dono de obra, sem garantia de um trabalho fixo, podendo trabalhar dias afins como também passar dias sem qualquer trabalho.

Perante esta situação a taxa de desemprego é elevada e particularmente entre jovens e mulheres, uma vez que a principal actividade económica é a agricultura de sequeiro, e é praticada em zonas áridas e onde em anos excepcionais se consegue alguma produção, e associada ao fraco Desenvolvimento do sector terciário.

Concluimos que apesar de registar significativos investimentos no concelho, o fenómeno do desemprego no Tarrafal é motivo de grande preocupação.

2.8. Actividades económicas

No concelho do Tarrafal não existe nenhum serviço de estatísticas locais, que faz uma avaliação em termos de produção das principais actividades económicas. Perante esta situação torna-se difícil fazer uma avaliação em termos de produção das principais actividades económicas do município.

Contudo, constatamos que são praticadas as mais diversas actividades económicas, na sua maioria de auto-sustento, como é o caso da agricultura, pesca, pecuária, comércio fixo, construção civil, obras públicas e do turismo. De entre essas actividades, praticamente não se faz notar a presença de grupos organizados a trabalhar para o mesmo fim.

Em seguida faremos a caracterização das referidas actividades.

2.8.1. A agricultura, pecuária e pesca

A agricultura constitui a principal actividade económica do concelho, constituindo o sector que garante o maior número de emprego, apesar das dificuldades climáticas do país em geral e do município em particular. Trata-se de uma actividade mais virada para a sobrevivência do que uma actividade económica na verdadeira acepção do termo, pouco rentável, por um lado, devido aos métodos tradicionais utilizados e, por outro lado, devido à irregularidade das precipitações associada à fraca capacidade de retenção das águas no solo.

Os anos agrícolas de 2002, de 2003 e de 2004 foram, do ponto de vista agrícola, mau em razão da produção nula das culturas tradicionais de sequeiro²¹ na maioria das áreas cultivadas.

A situação da vulnerabilidade deste tipo de agricultura decorrente da irregularidade das precipitações e da frequente presença das pragas, coloca sérias dúvidas sobre a viabilidade deste tipo de agricultura no concelho do Tarrafal, com os métodos e tipos de culturas praticados.

A agricultura de regadio, praticada artesanalmente e destinada a sobrevivência depara-se com os seguintes constrangimentos: escassez de água; ocorrência de pragas; custos elevados de factores de produção; carência de factores de produção a nível local, nomeadamente sementes, pesticidas, adubos químicos; desmotivação pelo trabalho de campo.

Relativamente à **pecuária**, é uma actividade que esteve sempre ligada à prática de agricultura de sequeiro ou de regadio, desempenhando um papel complementar.

De um modo geral é uma actividade exclusivamente familiar. A bovinicultura, suinicultura, caprinicultura são as explorações mais expressivas. De entre essas variedades destaca-se o tipo caprino, principalmente no meio rural.

Entretanto depara-se com o problema de falta de pasto, de inexistência da tradição de alimentação de gado a partir de rações, de deficiência de assistência sanitária, animais pouco produtivos, o que está intimamente ligado à raça, clima e alimentação.

No que se refere à **pesca**, esta actividade constitui, desde há muito, um sector de extrema importância para o Desenvolvimento de Cabo Verde e tem sido uma das principais fontes de receitas de um número considerável de famílias.

Corresponde a segunda actividade económica, após a agricultura, actividade que emprega a maior parte da população activa do concelho de Tarrafal. Trata-se de uma actividade artesanal praticada nas regiões litorais do concelho, com maior destaque para as localidades de Chão-Bom, Vila do Tarrafal, Ribeira da Prata, Fazenda, Ponta Furna e Achada Tenda.

Quanto ao tipo de embarcações utilizadas, estas são de pequena dimensão, 6m de dimensão média, munidos de motores de popa, percorrendo escassos metros da costa marítima.

²¹ cultura de espécies capazes de sobreviver apenas com a água das chuvas, sem necessidade de rega.

O sector da pesca apresenta uma baixa produção, devido à profundidade dos mares, ao carácter rudimentar dos equipamentos rudimentares e insuficiência das infra-estruturas de apoio.

Em períodos de boa captura, o mercado satura-se rapidamente, o que tem reflexos negativos ao nível dos rendimentos dos profissionais do sector. Como alternativa os peixes são vendidos em outros concelhos, nomeadamente Santa Catarina e São Miguel, em viaturas de caixa aberta.

Quadro 19. Efectivo de botes e pescadores

	Ano		
	1997	1999	2004
N.º de botes	138	107	134
N.º de pescadores	553	445	418

Fonte: INDP

Com base na observação do quadro acima constatamos que o número de pescadores no concelho tem diminuído.

De entre os possíveis motivos para explicar esta tendência, pensamos que devem ser destacados o carácter arcaico dos equipamentos, a redução da captura e a consequente redução do rendimento²² do sector, a dificuldade em custear as despesas de reparação dos equipamentos, a dificuldade de acesso aos créditos, a carência de infra-estruturas piscatórias.

2.8.2. Comércio e serviços

O comércio no Tarrafal é uma actividade pouco rentável, devido a um número considerável de praticantes no sector. A actividade comercial assenta-se fundamentalmente na distribuição, sobretudo de produtos importados, sendo inexistente a exportação.

²² quantidade do produto por unidade de superfície (por hectare).

Segundo o Relatório de Actividades da Câmara Municipal do ano de 2004, o sector do comércio enfrenta vários constrangimentos, destacando-se a sobrecarga e a dificuldade em lidar com os impostos, a concorrência desleal pelas vendas ambulantes praticadas em viaturas, a inexistência de uma associação para melhor defender os interesses da classe, associado ao fraco poder de compra da população.

Quadro 20. Evolução de estabelecimentos comerciais (2000-2004)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
N.º de estabelecimentos comerciais	192	220	225	235	270

Fonte: Repartição de Finanças

Conforme o quadro acima, o número de estabelecimentos comerciais tem aumentado paulatinamente a partir do ano 2000, e a maioria resume a mercearias e bares.

Quanto aos serviços existentes no concelho, constatamos que o ambiente institucional no município pode ser caracterizado pela existência de serviços estatais e serviços privados.

Os serviços estatais estão representados pelas delegações de Agricultura Ambiente e Pesca, Delegação do Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, Delegação das Finanças, Polícia de Ordem Pública, Tribunal da Procuradoria da República. Os serviços privados estão representados pelas delegações do Banco Comercial do Atlântico, da Caixa Económica, da Shell, Enacol para além de existir pequenas empresas que operam nos ramos do turismo, da construção civil e da produção de blocos.

2.8.3. Construção civil e obras públicas

A construção civil constitui uma importante actividade em termos de emprego, para uma franja significativa da população do Tarrafal. Trata-se de uma actividade exercida como complemento do meio de subsistência das famílias que dependem do rendimento da agricultura de sequeiro e da pesca. Essa actividade, tem tido algum incremento, favorecido

pelo facto de o Município contar com muitos emigrantes, construindo casa própria, e de, durante algum tempo, o Município terá que continuar a se infra estruturar.

Vários são os factores que têm afectado negativamente o sector da construção civil, nomeadamente: o aumento quase sistemático do preço dos materiais de construção, particularmente os da importação; a ruptura frequente do stock desses materiais, especialmente o cimento; a falta de mão-de-obra qualificada; o aumento do preço de mão-de-obra.

É de se referir que esses factores condicionam as actividades conexas, como por exemplo a fabricação de blocos, carpintaria e serralharia.

Contudo, existem pequenos empresários que operam no sector da produção de blocos e revenda de outros materiais de construção, assim como os empreiteiros e trabalhadores das obras e os produtores de inertes.

Neste contexto a maioria dos trabalhadores de construção civil trabalham por conta de cada dono de obra, sem garantia de um trabalho fixo, podendo trabalhar dias afins, como também passar dias sem qualquer trabalho.

Quanto as obras públicas da responsabilidade do Governo, as mais efectuadas são as do domínio da protecção do solo, através da reflorestação, construção de diques e arretos e na construção de redes viárias locais.

2.8.4. Turismo²³

O concelho do Tarrafal é considerado um dos sítios com maiores potencialidades turísticas a nível da ilha e quiçá do próprio país, com condições favoráveis ao Desenvolvimento deste sector.

²³ João Domingos Correia, Desenvolvimento do Município do Tarrafal, que estratégia, Maio de 2001

Para o concelho, o turismo é um sector promissor, se considerarmos as potencialidades de que dispõe o município.

De entre os vários factores que condicionam o Desenvolvimento do turismo no Tarrafal, destacam-se os seguintes: inexistência de espírito empresarial; ausência de uma classe empresarial devidamente organizada; taxas de juros elevadas; dificuldades de acesso a crédito; ausência de estruturas locais de apoio; carência de mão-de-obra qualificada.

Os dados apontam para o crescimento deste sector nos últimos anos com a criação de algumas infra-estruturas, tais como restaurantes, bares e hotéis.

Quadro 21. Empreendimentos turísticos no concelho do Tarrafal

Unidades hoteleiras	N.º de quartos	N.º de camas	Telefones
Complexo Turístico Baía Verde	46	91	2 66 11 28
Hôtel Tarrafal	19	38	2 66 17 85
Mille Nuite	12	12	2 66 14 63
Hotel Mar Azul	10	23	2 66 12 89
Pensão Tatá	6	12	2 66 11 25
Total	93	176	

Fonte: Direcção Turismo / Promex – 1999

Pelo quadro acima constatamos que existem 5 (cinco) unidades de alojamentos turísticos, com um total de 176 (cento e setenta e seis) camas.

A maioria dos estabelecimentos é constituída sob forma de pequenas pensões, onde não se verifica uma variação de serviços oferecidos.

Referente à animação turística, cultural e informação aos turistas, a oferta é diminuta, apesar de existir no concelho alguns grupos musicais e de dança tradicional que animam algumas unidades hoteleiras. A dinâmica das actividades culturais é fraca, devido a escassez de grupos, organizações locais, que poderiam dinamizar e valorizar a tradição local, assim como permitir aos visitantes um conhecimento da realidade cultural do concelho.

É de frisar que a afluência dos turistas no concelho ocorre fundamentalmente nos fins-de-semana, provenientes da Cidade da Praia e de outros cantos da ilha de Santiago. Os lugares mais atractivos são as praias, o Museu da Resistência em Chão-Bom, bem como a gastronomia regional.

III. Capítulo. Perspectivas de Desenvolvimento

Depois de um diagnóstico sucinto, mas exaustivo, da realidade socioeconómica do concelho, onde tivemos a oportunidade de abordar, a situação nos sectores da educação, da saúde, da água, da energia, da habitação, da pesca, do turismo, da agricultura, do emprego e desemprego, passa-se de seguida ao capítulo mais importante do presente trabalho que consistirá na apresentação da estratégia mais viável para o Desenvolvimento Socioeconómico do Município do Tarrafal.

A problemática do Desenvolvimento Socioeconómico desde a 2ª Guerra Mundial tem preocupado dirigentes políticos e a população dos países em vias de Desenvolvimento, na maioria deles, países outrora colonizados. Tal preocupação tem feito escolas nas diversas teorias de Desenvolvimento e tem estado na origem de várias conferências internacionais.

A indefinição de estratégias claras de Desenvolvimento do país a nível das Grandes Opções Do Plano, a ausência de planos regionais, a inexistência de planificações locais, colocam dificuldades acrescidas na realização do presente trabalho.

Uma *nuance* se impõe no que diz respeito à planificação nacional. Pois, diz as Grandes Opções Do Plano que considerando a localização estratégica do país no Atlântico Médio e na encruzilhada dos três continentes, considerando os factores climáticos que fazem do país uma instância balnear durante todo o ano, considerando a estabilidade política, e a fiabilidade das instituições, o Desenvolvimento do país deve ser orientado para uma plataforma internacional de prestação de serviços, com o turismo, a banca, e os jogos a ocuparem uma posição de relevo.

Nesta óptica, algumas ilhas e ou concelhos foram logo se posicionando à volta do turismo como o caso da ilha do Sal, Boavista e Maio.

Curiosamente, as duas ilhas mais populosas do país, nesta opção de Desenvolvimento, parecem mais como catalizadores do Desenvolvimento do resto do país, sobretudo quando se refere a ilha de Santiago.

Pois, S.Vicente parece que a sua função enquanto porto de Cabo – Verde, em declínio, vem sendo objecto de atenção regular com a sua modernização e equipamento. Igualmente a construção do aeroporto internacional vai reforçar e consolidar a sua vocação turística, muito antiga.

Voltando à ilha de Santiago onde se encontra o concelho do Tarrafal, referência geográfica do nosso trabalho, a situação, em termos de opções de estratégias de Desenvolvimento, está muito confusa e pouco definida. Na maioria das vezes a ilha é confundida com a cidade da Praia e os investimentos são ali concentrados. Quando se pensa no resto da ilha, diz-se que a sua vocação é agrícola. O termo “resto” foi intencionalmente

empregado, pois carrega o sentido de residual, o que não tem favorecido a população do interior de Santiago, pois a maioria das estatísticas produzidas no país, quando se referem a Ilha de Santiago, dizem Praia e interior de Santiago. Ora o interior de Santiago comporta $\frac{1}{4}$ da população do país em regiões diversas, com vocações diferentes e com necessidades diferentes.

Tarrafal vive o mal de que padece o interior da ilha e está na situação de indefinição de todo o interior da ilha. Ora, diz-se que o concelho é de vocação turística, mas nada ou pouco se fez para a exploração das suas potencialidades turísticas; Ora se diz que tem potencialidades no sector da pesca e da agricultura, mas nem investimentos, nem formação são orientados para esses dois sectores, de modo que o carácter arcaico de labor e dos equipamentos usados nos dois sectores, têm feito com que a produtividade dos mesmos reduza-se cada vez mais.

Neste capítulo, debruçaremos em primeiro lugar sobre a questão do Desenvolvimento social, centrado na educação, formação e saúde, para um segundo momento abordaremos o Desenvolvimento económico baseado nos sectores de turismo, pesca, agro-pecuária e transporte.

3.1. Desenvolvimento social

No que se refere ao Desenvolvimento social vamos tratar da educação e formação, como sector fundamental para o Desenvolvimento.

3.1.1. Educação

A educação constitui um dos sectores fundamentais para a promoção do Desenvolvimento, na medida em que contribui para a formação de uma sociedade participativa e empenhada no processo de Desenvolvimento.

Mas para que a educação seja um sector que pode contribuir para a melhoria das condições de vida da população é necessário que haja uma política eficaz, traçada a médio e longo prazo, e com base na justa distribuição dos recursos do país.

A situação da Educação no concelho necessita de uma profunda transformação, tendo em conta os constrangimentos detectados ao longo do estudo. Assim, torna-se necessário e urgente repensar que políticas deverão ser adoptadas, face a uma sociedade em ritmo de crescimento demográfico acelerado.

Do nosso ponto de vista, entendemos que a realização de um fórum sobre a situação da Educação no concelho baseado num diagnóstico crítico da situação existente, será o ponto de partida para equacionar eficientemente os diversos problemas do sector. A partir daí, pode-se conceber um Plano Director do Desenvolvimento do sector, abrangendo os subsistemas do Pré-Escolar, do Ensino Básico Integrado, e do Secundário. O referido fórum deve ser um contracto estabelecido entre o Governo, os pais, os professores e a Câmara Municipal, com metas claras a serem alcançadas num horizonte de 15 a 20 anos.

Seguramente com a realização de um fórum do tipo, contornaremos, em tempo oportuno, os problemas com que hoje deparamos, deixando os mesmos de serem uma ameaça para este sector no futuro. Queremos deixar bem claro que, em nosso entender, os problemas de salas de aula com que hoje se depara e que já se fizeram sentir há mais de cinco anos, até ainda sem solução; os problemas de défice no acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, fundamental para o acesso ao conhecimento e ao Desenvolvimento; a escassez de salas de leitura e de biblioteca que devem apoiar os estabelecimentos de ensino; a distância de 3 a 4 km que algumas crianças do Ensino Básico Integrado ainda percorrem para assistir as aulas; a insuficiência de salas de aulas em número considerável que afecta Chão-Bom, o 2º maior centro populacional do concelho; a inexistência de Ensino Pré-Escolar em algumas localidades, são parâmetros a serem tidos em consideração no citado fórum, do mesmo modo

que são elementos chaves do hipotético Plano Director, caso se queira promover um ensino de qualidade virado para o Desenvolvimento.

Face ao exposto nos capítulos precedentes, e na perspectiva de melhorar a situação da educação no concelho, pensamos ser urgente a criação de um centro de documentação e informação, criação de mais bibliotecas a nível do concelho, dotar o concelho de melhores meios de comunicação, privilegiando a Internet, como meio imprescindível de comunicação e de aquisição de conhecimento, dotar a biblioteca Municipal de mais manuais e equipamentos audiovisuais, bem como a melhoria do respectivo horário de funcionamento no período das férias, e dotar a cada escola de uma biblioteca de apoio.

A esse conjunto de factos, deve-se acrescentar um problema que não é exclusivamente local, que consideramos ser urgente resolver, e que consistirá numa reformulação do curriculum de algumas disciplinas de forma a adaptá-lo à realidade cabo-verdiana e local, visando enquadrar o homem no seu meio ambiente, elevando o nível de cidadania, tudo isso numa perspectiva de explorar de forma adequada e sustentada o seu meio envolvente, no sentido de promover o seu bem-estar, em particular, e o da sociedade a que pertence, em geral.

Tal reformulação do curriculum deve ter como pressuposto de que a Educação deve servir como factor principal de mudança de atitudes e comportamentos, que devem passar a ser mais consentâneas com as exigências do Desenvolvimento.

É verdade que continua a persistir atitudes e comportamentos que para além de não irem ao encontro do objectivo do Desenvolvimento, comprometem os esforços que vem sendo feito nesse sentido. A título de exemplo destacamos: destruição de equipamentos colectivos; comportamentos que atentam à saúde pública, designadamente tratamento inadequado de lixo, despejo de águas residuais ao ar livre; falta de responsabilidade dos pais para com a educação e para saúde dos filhos, desperdiçando por vezes recursos em necessidades não prioritárias.

Dada a elevada taxa de crescimento populacional que o concelho tem no contexto do país, entendemos que devem ser desencadeadas medidas oportunas conducentes a garantir salas de aulas e docentes correlativos com as necessidades do concelho, de forma a evitar a degradação do nível de ensino.

A melhoria do nível de ensino no concelho deve ser feita, considerando a situação da redução do abandono escolar que pressupõe a tomada de algumas medidas mais acertadas, o que pressupõe um diagnóstico actual e real do problema.

É verdade que foram tomadas algumas medidas, como a distribuição de refeição diária aos alunos, principalmente no Ensino Básico Integrado, mas mesmo assim continua a haver casos de abandono, o que supõe a existência de outras causas, destacando-se a situação financeira das famílias.

3.1.2. Formação profissional

Sendo um concelho formado por uma população jovem e bastante desarmada em termos de *know-how*, somos de opinião que a formação profissional é um dos sectores fundamentais para a transformação da juventude em forças que contribuem activamente no processo de Desenvolvimento do Município.

A formação profissional terá um duplo efeito no processo de Desenvolvimento local. Em primeiro lugar capacita jovens que passarão a estar mais aptos para exercerem funções nas mais diversas áreas do concelho, deixando o concelho de estar dependente de quadros oriundos de outros concelhos que sempre tem uma fixação temporária no concelho e, por conseguinte, quando deixarem o concelho, e na maioria das vezes por motivos familiares e pessoais, o município tem que sair à procura de novos quadros para colmatarem a situação.

Em segundo lugar, ao capacitar os jovens do concelho, estes terão oportunidades de aceder ao mercado de trabalho e terão um rendimento que lhes permitem melhorar as respectivas condições de vida, pois, daí resulta, mais facilidades na educação dos filhos, no acesso à saúde, ao ensino e na melhoria do seu conforto.

De acordo com as necessidades do concelho, propomos que as acções de formação devem ser orientadas para as áreas de novas tecnologias de informação e comunicação, hotelaria e turismo, agricultura, pecuária e pesca.

Salientamos ainda que a classe feminina deve ser dada a prioridade na formação profissional, uma vez que as mulheres são em maioria na nossa sociedade, com o mais fraco nível de escolaridade, e onde há maior desemprego.

Em nosso entender, no âmbito da procura de solução da formação, numa 1ª fase poder-se-á dispensar a construção de um edifício próprio, na medida em que esta pode ser concebida através da reabilitação de um dos espaços do antigo campo de concentração ou do Colonato,

poupando recursos, e deixando a questão de instalações de ser um constrangimento ao funcionamento do centro de formação.

Como complemento da capacitação técnico-profissional, acrescentamos a formação nas áreas de gestão de pequenos negócios, porque pensamos que muitos dos profissionais podem optar para o auto-emprego, devido à reduzida oferta de emprego no concelho.

Nas comunidades rurais, onde existem programas de curta duração, assegurada pela Direcção Geral e Educação de Adultos, como formação nas áreas de culinária, corte e costura, pintura, electricidade, a Câmara Municipal e as Associações Comunitárias devem estabelecer relações de parceria, no sentido de orientar os formandos para o mercado de trabalho, através de emprego dependente ou auto-emprego, bem como na concessão de créditos ou na ajuda de procura de financiamento em condições extremamente favoráveis.

3.1.3. Saúde

A saúde é uma das condições básicas para garantir o bem-estar da população, razão pela qual nenhuma sociedade poderá desenvolver-se, se não forem implementadas medidas eficazes no sector da saúde.

Pelo que constatamos ao longo do estudo, as políticas adoptadas no sector da saúde, não vem satisfazendo todas as necessidades da população local. Verifica-se lacunas na estrutura da rede física, equipamentos hospitalares, défice de número de enfermeiro, médico e especialistas, para além dos problemas de saneamento do meio. Por isso torna-se imprescindível a definição e implementação de novas políticas eficazes a médio e longo prazo no Desenvolvimento do sector.

Pelo número de habitantes residentes no concelho, pensamos que a construção de um hospital seria uma das medidas eficazes que irá contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde, fazendo com que este sector contribua para o processo de Desenvolvimento.

No intuito de melhorar o serviço prestado pelo centro de saúde no concelho, proporcionando aos munícipes e visitantes melhores condições de saúde, consideramos ser necessário modificar o quadro supracitado, aumentando o número de médicos e de enfermeiros, disponibilizando mais medicamentos nas farmácias do Estado, reequipando e

fazendo funcionar as Unidades Sanitárias de Base, capacitando os agentes sanitários de modo a poder servir melhor a população.

A essas medidas, acrescentamos a necessidade de apoio às famílias mais carenciadas, no caso da necessidade de evacuação e assistência médica e medicamentosa, bem como a aquisição de mais ambulâncias.

Para a melhoria da saúde pública no concelho, para além de medidas estreitamente relacionadas com o sector, deve-se definir e implementar medidas de política de saneamento que permitam reduzir a quantidade de lixo produzido e seu adequado tratamento.

Na perspectiva de melhorar os serviços de saneamento do meio, pensamos ser indispensável a tomada de conjunto de medidas como a sensibilização comunitária, reforço do programa de calcetamento das ruas, reorganização e reestruturação da equipa móvel, aquisição de mais equipamentos para o sector, como por exemplo camião apropriado para recolha de lixo, remodelação e ampliação da rede de água, construção de pocilgas afastadas das zonas habitadas. Associamos a essas medidas, o melhoramento de abastecimento de água às habitações, através de equipamentos de furos, e a construção de redes de distribuição de água domiciliária de forma a melhorar o nível de higiene das famílias.

3.2. Desenvolvimento económico

Neste ponto abordaremos os principais sectores de actividades, na perspectiva de aumento de produção e de criação de mais emprego.

3.2.1. Agro-pecuária

À semelhança do país, a agricultura constitui a principal actividade económica do concelho, constituindo o sector que garante o maior número de emprego. Destaca-se a prática

da agricultura de sequeiro, praticada em todas zonas, dependendo exclusivamente da escassez e irregularidade das precipitações, e a agricultura de regadio, praticada em Colonato (Chão-Bom), Ribeira da Prata, Porto Formoso e Achada Lagoa. Essas parcelas situadas geralmente na foz das ribeiras, beneficiam de um solo com elevado valor agrícola (aluvião antigo), e dispõem de fontes de água como furos, poços, e nascentes.

Uma vez que o município possui grandes extensões de terreno na sua maioria muito árida e pouco propícias à prática de agricultura, a nossa reflexão restringe-se apenas à prática da agricultura de regadio, devido às características climáticas do concelho, a tipo de cultura, a produtividade e o número de emprego que pode ser criado.

Assim, na perspectiva da melhoria da prática da agricultura de regadio, torna-se necessário pensar em áreas alternativas ou complementares às existentes, bem como a mobilização de mais água subterrânea. Para novas áreas a serem exploradas, destacam-se as planícies de Achada Grande, Achada Carreira, Mato Mendes, Achada Boi.

Para a mobilização da água subterrânea deve-se proceder ao equipamento dos furos já existentes, que segundo informações do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, tem enorme caudal de água, designadamente alguns furos situados em Ribeira Grande – Chão-Bom, Ribeira da Cuba em Ribeira Prata, e o de Achada Tomás. Para além de equipamento dos furos ainda não explorados, deve-se pensar na construção de mais reservatórios de água para mobilizar não só a água proveniente dos furos a serem equipados, mas também dos furos que vem sub explorados.

Da mesma forma o Desenvolvimento da agricultura passa pela introdução de novos métodos e práticas agrícolas modernas, nomeadamente a introdução da rega gota-a-gota. A introdução do sistema de rega localizada, como a gota-a-gota, vai reduzir a quantidade de água necessária na produção e consequentemente a redução dos custos relativos à água.

Salientamos ainda que essa inovação permitirá a recuperação dos terrenos anteriormente cultivados, devendo no entanto, ser necessário implementar outras medidas, como o tratamento do terreno, a eliminação das acácias, de modo a aumentar a produção e criar mais postos de trabalho.

O Desenvolvimento da agricultura terá reflexos positivos na pecuária, nomeadamente pela disponibilização de pastos. A melhoria do sector da pecuária deve passar pela definição e adopção de um programa envolvendo criadores e Delegação do Ministério Ambiente Agricultura e Pesca, tendo com objectivo a melhoria da produtividade do sector. Nesse sentido as instituições com competências específicas devem criar programas, de modo a

facilitar os criadores de gados melhorias na assistência sanitária, experimentar novos sistemas de criação, em detrimento das tradicionais, mobilizar os criadores em associações para defender os interesses da classe, definindo estratégias de Desenvolvimento do sector.

Salientamos ainda a necessidade de facilitar o acesso ao crédito em condições extremamente favoráveis aos criadores de modo a poderem realizar investimentos, contribuindo para a criação de auto-emprego, e do rendimento do sector.

3.2.2. Pesca

Não obstante empregar um número considerável de pessoas, o sector da pesca pode ser considerado um dos mais pobres do sistema, isto se nos levarmos em consideração as medidas adoptadas visando o Desenvolvimento do sector.

A política adoptada neste sector tem sido pouco eficiente, se considerarmos as condições em que esta actividade é praticada. O tipo de embarcação utilizado, a segurança dos pescadores no mar, o funcionamento da Delegação, a formação dos pescadores, os equipamentos utilizados, são alguns dos elementos que demonstram a pouca eficácia deste sector no concelho.

O Desenvolvimento deste sector passa por alternativas traçadas a longo prazo, de modo a permitir melhoria de captura e da produtividade²⁴ do sector.

Nesta perspectiva, consideramos ser fundamental a tomada de um conjunto de medidas, como a reabilitação do centro de pescado em Chão-Bom, de modo a permitir a produção de gelo, a conservação e transformação do pescado, assim como a sua gerência nas mãos dos pescadores, e a construção de cais de pesca em Chão-Bom. Juntamos a essas medidas, a reabilitação dos faróis, a reabilitação do cais de pesca na Vila, as facilidades no acesso a créditos aos pescadores, de forma a reforçar o financiamento da reparação das embarcações, a aquisição dos acessórios de pesca.

Assim como propomos no sector da Educação, a realização de um fórum sobre a situação da pesca no concelho, envolvendo o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, os pescadores, e a Câmara Municipal, é uma das medidas eficazes que contribuirá

²⁴ quantidade de produto obtido per capita (por pessoas)

para o Desenvolvimento do sector, baseado num diagnóstico crítico da situação existente. A partir daí, pode-se conceber outras medidas, contribuindo para o melhoramento do sector. Com a realização de um fórum do tipo, contornaremos em tempo oportuno, os problemas com que hoje deparamos, deixando de ser uma ameaça para este sector no futuro. Nesse fórum, deve-se debruçar sobre questões como o tipo de embarcação utilizado, a estrutura da embarcação, a segurança do pescador no mar, o papel e funcionamento da Delegação, a formação dos pescadores, os equipamentos utilizados, novos sistemas de pesca.

3.2.3. Turismo

Tarrafal, desde há muito tempo é considerado um concelho potencialmente turístico devido à beleza das suas praias e suas paisagens, a presença do ex-campo de concentração.

Porém, até hoje, a contribuição deste sector no Desenvolvimento do concelho tem sido limitado. Do nosso ponto de vista o Desenvolvimento deste sector pressupõe a implementação de um conjunto de medidas, designadamente: melhorar cada vez mais os serviços de saneamento, bem como os serviços prestados pelo centro de saúde; fazer com que a população reconhece as potencialidades do Município em termos de oferta turística; mobilizar os operadores turísticos em associações.

Junta-se a essas medidas, a injeção de mais investimentos no concelho, principalmente na melhoria de estradas de penetração nas zonas rurais, na promoção do concelho enquanto destino turístico, através de novas tecnologias de informação (imagens, postais, vídeos) sobre o município, na preservação de terrenos considerados apropriados para investimento turísticos, na preservação do equilíbrio ambiental e ecológico, mantendo o aspecto virgem da sua paisagem e evitando a construção massiva que poderão comprometer o ambiente, no reforço de segurança nas praias, e no itinerário turístico, na criação de lugares de diversão nocturna e no investimento em novos estabelecimentos turísticos.

Podemos dizer, que em Cabo-Verde em geral, e Tarrafal em particular, o turismo impõe-se a necessidade de criar mais **infra-estruturas**²⁵ que possibilitam a vinda e o alojamento de grandes quantidades de turistas, geralmente por curtos períodos de tempo.

As **principais infra-estruturas** são: os equipamentos hoteleiros (novos hotéis, restaurantes e parques de campismo); as vias de comunicações (melhoramento das estradas de penetração nas zonas rurais); os serviços turísticos, bem como agências de viagens, postos de informação, e todos os serviços que possibilitam os turistas uma estadia agradável; os equipamentos de animação, tais como as salas de espectáculos, centros para práticas de desporto e actividades ao ar livre, que permitam aos turistas a ocupação dos seus tempos livres.

O efeito da actividade turística, resulta na **criação de novos postos de trabalho**, quer na construção civil ligada à criação de infra-estruturas hoteleiras, quer em actividades de serviços a prestar aos turistas, assim como altera as paisagens das zonas litorais, contribuindo para o melhoramento do nível de vida das populações.

Por fim podemos salientar, que para além do turismo associado ao binómio sol-mar, o concelho do Tarrafal pode proporcionar outras formas de turismo, destacando o turismo rural²⁶.

3.2.4. Transporte

O transporte²⁷ constitui outra actividade económica importante para o Desenvolvimento do concelho do Tarrafal.

Permite a deslocação de pessoas e mercadorias a diversas localidades, permitindo a ligação entre localidades distintos, diminuindo as distâncias. O transporte, ainda contribui para o Desenvolvimento de outras actividades como o comércio e o turismo.

²⁵ conjunto de serviços básicos para o desenvolvimento das actividades produtivas e todo o espaço organizado pelo homem

²⁶ modalidade do turismo que prevê a estadia e, casas rústicas do meio rural e o contacto dos turistas como o modo de vida das populações locais

²⁷ deslocação de mercadorias entre dois lugares distintos

No Concelho do Tarrafal, algumas localidades como Fazenda, Mato-Brasil, Curral-Velho, Lagoa, Achada Lagoa, precisam de ser melhorada a via de acesso, permitindo uma maior mobilidade de pessoas e mercadorias.

Contudo algumas dessas localidades como Mato-Brasil e Curral-Velho, estão sendo melhoradas o acesso de penetração, com a abertura de estradas.

Salientamos que é necessário a elaboração de projectos de construção de rede viária²⁸ para o Município, uma vez que “a rede viária é fundamental para o Desenvolvimento”.

²⁸ conjunto de vias rodoviárias de várias categorias, que no seu conjunto, dão um traçado em forma de rede

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

Cabo-Verde, sendo um país constituído por diversas ilhas, de modo de vida distintas, as medidas de políticas terão de ir ao encontro das potencialidades e necessidades, conforme for a realidade socioeconómica de cada ilha, com uma repartição mais equilibrada possível dos recursos.

O concelho de Tarrafal foi considerado um dos concelhos mais pobres do país em 2000. Actualmente os dados apontam para uma melhoria significativa das condições de vida, principalmente no que se refere ao sistema de abastecimento de água às populações, abastecimento de energia eléctrica, cobertura da rede telefónica, melhoria dos cuidados de saúde, alargamento da rede de ensino praticamente a todas comunidades, especialmente a rede Pré-Escolar. Pelo que, presentemente Tarrafal deixou de ser considerado um dos concelhos mais pobres do país.

Para o concelho do Tarrafal, o seu Desenvolvimento requer a implementação de medidas conducentes à exploração das suas potencialidades, de forma a poder melhorar as condições socioeconómicas da população.

As melhorias de condições de vida da população e os avanços sociais e económicos são inequivocamente um dado adquirido.

Porém o que se questiona e que ficou demonstrado ao longo deste trabalho é que esses progressos poderiam ser melhores se as potencialidades fossem melhores aproveitadas.

Em suma, com a elaboração do presente trabalho concluímos ainda que o concelho do Tarrafal tem uma taxa de crescimento demográfico elevado, à volta dos 4.3%, média anual, crescimento considerado elevado, na presença do fraco crescimento económico do país e do Tarrafal em particular. Situação essa resultante da elevada Taxa de Natalidade, e das reduzidas Taxas de Mortalidade, exercendo uma forte pressão sobre os serviços existentes, nomeadamente na saúde e na educação. Reflexo dessa situação, a falta de salas de aulas em todos níveis de ensino. Essa situação impede o Desenvolvimento Socioeconómico desejado.

Tendo em consideração o número de população existente em Chão-Bom, o 2º maior centro urbano, o super lotamento das turmas no Ensino Secundário concluímos que a construção de uma Escola de Ensino Secundário em Chão-Bom, seria uma das medidas eficazes, para melhorar a situação do ensino.

Referindo ao emprego, o ritmo de crescimento da população activa é superior à capacidade de resposta do concelho e consequentemente a taxa de desemprego é elevada. A origem desta situação alastra-se da situação económica do país, que se caracteriza por uma baixa de oferta do mercado de trabalho, derivado do fraco nível de formação profissional e de uma deficiente actividade industrial.

RECOMENDAÇÕES

Para facilitar o processo de Desenvolvimento do concelho de Tarrafal recomendamos uma melhor repartição dos recursos a nível nacional, uma melhor exploração das potencialidades, um Plano de Desenvolvimento Municipal, com objectivos e metas claramente definidos, através do qual deve ser assumido a Educação e Formação como factores determinantes do Desenvolvimento.

Obviamente que a estratégia de Educação e Formação por si só assumidos no aludido Plano de Desenvolvimento Municipal não pode resultar em Desenvolvimento.

Uma sociedade educada e formada orientaria as suas acções para os sectores de actividades económicas onde o concelho dispõe de vantagem comparativa. Do aproveitamento das potencialidades dos sectores resultariam o aumento da produção local, o aumento do emprego e a subsequente melhoria de condições de vida dos tarrafalenses.

Do mesmo modo recomendamos que, para facilitar o processo de Desenvolvimento do concelho de Tarrafal tem que ser dado mais atenção à juventude e às mulheres a fim de diminuir os riscos que a juventude enfrenta, no consumo de drogas, bebidas alcoólicas. A comunidade, as associações, poder local, empresários locais, o Governo em parcerias, poderiam dar mais oportunidades, abrindo-lhes mais perspectivas na vida, através da concepção de um conjunto de medidas, nomeadamente a criação de infra-estruturas desportivas, de modo a ocuparem melhor os tempos livres, criação de um centro técnico-profissional de capacidade reconhecida, criar uma estrutura municipal de apoio e orientação à juventude em matéria de emprego, educação e saúde reprodutiva; da mesma forma deve ser introduzido no programa curricular do Ensino Básico Integrado, uma disciplina que trata exclusivamente da saúde reprodutiva, como forma de planear o futuro; dotar o concelho de infra-estruturas capazes de acompanhar o ritmo de crescimento demográfico e de responder as necessidades da população.

Há que assegurar um futuro melhor, investindo na maior geração de jovem que o concelho já teve, incentivar a criação de micro empresas familiares através de medidas que contribuem para a sua formação. Da mesma forma recomendamos equilibrar a infra – estruturação das localidades, a fim de reduzir as assimetrias regionais, obstaculizando o êxodo rural.

Ainda, com a elaboração do presente trabalho insistimos ainda na criação de centros de formação profissional, criação de uma escola técnica, de modo a absorver a quantidade de alunos com 12º ano feito e sem emprego, sem bolsas de estudos e sem condições para prosseguir os estudos.

Por fim, recomendamos o alargamento do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a criação de condições de modo a facilitar as famílias mais carenciadas de terem acesso à ligação da rede de esgoto, melhorar as estradas de acesso a zonas afastadas dos centros urbanos.

BIBLIOGRAFIA

- **AMARRAL**, Ilídio. Santiago Cabo-verde. – A Terra e os Homens. JIU, Lisboa, 1964

- **ANTUNES**, João. Geografia – 9ºano, Lisboa, Plântano Editora, 1991

- **BATOUXAS**, Mariana e Viegas Julieta. Dicionário de Geografia, Lisboa, Junho de 1998, Edições Silabo

- **BRITO**, Arminda e Semedo, José Maria. Nossa Terra Nossa Gente – Introdução ao Estudo a Geografia de Cabo – Verde, Praia 1994

- **CABRITO**, Belmiro e Oliveira Maria, Introdução À Economia – 10ºano, Lisboa, Texto Editora, 1996

- **CARRERIA**, António. Aspectos Sociais, Seca e Fome no século XX. Biblioteca Ultramarino n.º 9, Lisboa 1984.

- **COSTA** Manuela e Costal Aníbal. Educação Física, Porto Editora, 2004

- **CORREIA, JOÃO DOMINGOS**. Desenvolvimento do Município do Tarrafal, que estratégia, Maio de 2000

- **CÂMARA MUNICIPAL DO TARRAFAL**. Um tesouro por lapidar, N.º0 Março de 2005-Alfa Comunicações;

- **FERRINHO**, Homero. Desenvolvimento Rural. Praia: ICL, Outubro 1987.

- **GEORGE**, Peire. Os métodos da Geografia. São Paulo: Ed., DIFEL, 1986.

- **HENRIQUES**, Luciana e Leandro Manuela. Introdução à economia – 11º ano Porto Editora, 2001.

- **LOURETA**, Helena Soares. Desenvolvimento Sócio - Económico da Cidade da Praia (1970 – 1995). Monografia (bacharelato em ensino da Geografia) – ISE. Praia, Junho 1998.
- **MACHADO** Cruz, Manuela. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social – 12º Ano, Porto Editora, 2002.

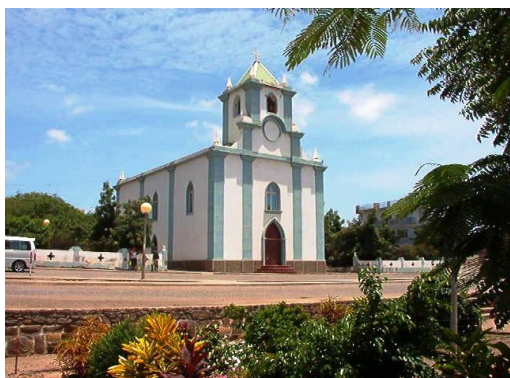
Outras

- Anuário da Educação – MEVRH, 1995;
- Anuário da Educação – MEVRH, 2001;
- Anuário da Educação, 2002;
- Anuário da Educação, 2003;
- Boletim informativo – CMT, Agosto, 2000;
- Câmara Municipal do Tarrafal, Plano de Actividades, 2001, Dezembro de 2000;
- Câmara Municipal do Tarrafal, Plano de Actividades 2003, Tarrafal, Maio de 2003;
- Câmara Municipal do Tarrafal, Relatório de Actividades ano 2002, Tarrafal, Janeiro de 2003;
- Câmara Municipal do Tarrafal Relatório de Actividades - ano 2004;
- Câmara Municipal do Tarrafal Orçamento e plano de actividades 2005, Tarrafal, Fevereiro de 2004;
- INE. Recenseamento Geral da População e Habitação – Censo 1990;
- INE. Recenseamento Geral da População e Habitação – Censo 2000, Praia, Imprensa Nacional, 2001;
- Plano Ambiental do Tarrafal, Associação dos Municípios de Cabo-Verde. 2004
- UNFPA: A situação da População Mundial. Promover um comportamento mais saudável, 2003;
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano: Lisboa. Trinova Editora, 1998;
- Ministério das Finanças e Planeamento – Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, 2005/2007. Praia, Novembro de 2004.
- Manuela Costa e Anibal Costal - Educação Física, Porto Editora, Lisboa, 2004

Actividades Culturais e Recreativas



Igreja Matriz de Nho Santo Amaro



Habitações Rurais



Tarrafal Rural

